

MARCELO AUGUSTO DE LACERDA BORGES

**COOPERATIVISMO EDUCACIONAL: gestão solidária na Cooperativa
Educativa de Uberlândia**

Uberlândia/UFU

2010

MARCELO AUGUSTO DE LACERDA BORGES

COOPERATIVISMO EDUCACIONAL: gestão solidária na Cooperativa
Educativa de Uberlândia.

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal
de Uberlândia para defesa pública
como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas e
Gestão em Educação.

Orientador: Professor Dr. Antonio
Bosco de Lima.

Aprovada por:

Prof. Dr. Antonio Bosco de Lima (UFU)

Prof. Dr. Antonio Júlio de Menezes Neto (UFMG)

Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena (UFU)

Uberlândia/UFU

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU

B732c Borges, Marcelo Augusto de Lacerda, 1976-

Cooperativismo educacional [manuscrito]: gestão solidária na Cooperativa Educacional de Uberlândia / Marcelo Augusto de Lacerda Borges. - 2010.
107 f.

Orientador: Antonio Bosco de Lima.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Cooperativa Educacional de Uberlândia - Teses. 2. Educação e Estado - Uberlândia - Teses. 3. Cooperativismo - Uberlândia - Teses. 4. Economia solidária - Uberlândia - Teses. I. Lima, Antonio Bosco de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37.014.5(815.12*UDI)

Dedicamos este trabalho àqueles que na vida cotidiana procuram lutar pela ambiência livre dos espíritos que educam e são educados.

Ao meu pai, pelos ensinamentos e lembranças. À minha mãe, pela luta e desprendimento por todos que somos. Ao meu sobrinho Francisco, por nos ensinar a leveza da vida.

A divisão do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho no interior da alienação. Ou então, uma vez que o trabalho constitui apenas uma expressão da atividade humana no seio da alienação, da manifestação da vida como alienação da vida, a divisão do trabalho não passa do estabelecimento alienado da atividade humana como uma atividade genérica real ou como a atividade do homem enquanto ser genérico [...] a atividade do homem pode aproximar as coisas entre si ou separá-las umas das outras (Karl Marx, 2004; p. 163, grifo do autor).

RESUMO

Este trabalho tem a finalidade de discutir a emergência da Cooperativa Educacional de Uberlândia (CEU) como forma de gestão cooperativa na educação, resultado das transformações contemporâneas no mundo da produção e do trabalho. A crise do Estado de bem-estar social, a rearticulação das forças produtivas e a resposta neoliberal formaram um quadro histórico de reorganização das formas de produção social, permitindo a retomada do cooperativismo como modalidade alternativa de sobrevivência na ordem interna do capital. Nesse sentido, serão discutidos os avanços possíveis do cooperativismo educacional e os seus dilemas organizacionais, políticos e ideológicos que fortalecem a discussão no campo da gestão das escolas como espaço possível de ruptura com a lógica mercantil da educação e com a precarização do trabalho docente, de acordo com a abordagem metodológica vinculada ao materialismo histórico e dialético. Assim, o trabalho procura situar o debate e discutir o cooperativismo nas suas possibilidades emancipatória ou de enquadramento na lógica acumulativa do capital, tomando o cooperativismo educacional como uma de suas manifestações.

Palavras-chave: Cooperativismo; Reestruturação das forças produtivas; Emancipação.

ABSTRACT

This article aims at discussing the emergence of “Cooperativa Educacional de Uberlândia “- CEU (Uberlândia Educational Cooperative) as a way of cooperative management in education as a result of the contemporary transformations in the realm of production and work. The crisis in the Welfare State, the re-articulation of the productive forces and the neoliberal response have put together a historic frame of reorganization of social production forms, allowing cooperativism to be taken up once more as an alternative survival modality in the capital internal order. This way, possible advances for educational cooperativism will be discussed as well as its organizational, political and ideological dilemmas that strengthen the discussion about the management of schools as a likely space for a rupture with the mercantilist logics of education and the precariousness of the docent work, according to the methodological approach bound to the historical and dialectical materialism. Thus, this study attempts to bring about the debate and discuss cooperativism in its emancipatory possibilities or the ones of fitting in the capital cumulative logics, taking educational cooperativism as one of its manifestations.

Key-words: Cooperativism; Restructuring of productive forces; Emancipation.

SUMÁRIO

Introdução	p. 9
1 O surgimento do cooperativismo como reflexo das contradições produtivas da sociedade capitalista.....	p. 22
1.1 As contradições da sociedade capitalista: uma análise crítica sobre as origens do cooperativismo.....	p. 23
1.2 As origens históricas do cooperativismo.....	p. 32
1.3 O cooperativismo na literatura clássica do pensamento social.....	p. 37
2 Reestruturação das forças produtivas e a reemergência da economia solidária.....	p. 50
2.1 A reestruturação das forças produtivas.....	p. 51
2.2 A reemergência da economia solidária.....	p. 59
3 O cooperativismo no Brasil.....	p. 67
3.1 Os marcos históricos e legais do cooperativismo brasileiro.....	p. 68
3.2 Reestruturação produtiva no Brasil e o fenômeno do cooperativismo.....	p. 72

4	O cooperativismo educacional no Brasil: origens, características e experiência da gestão solidária na Cooperativa Educacional de Uberlândia.....	p. 81
4.1	As origens do cooperativismo educacional.....	p. 82
4.2	A origem da CEU e a experiência da gestão solidária na escola.....	p. 87
	Conclusões.....	p. 101
	Referências.....	p. 104

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura situar a origem da Cooperativa Educacional de Uberlândia (CEU) como um constructo social derivado do conjunto histórico de acontecimentos econômicos, políticos e sociais que delimitam a expansão e a atual visibilidade do cooperativismo no contexto contemporâneo das formas alternativas de produção. O debate sobre o cooperativismo surge amplamente mobilizado por segmentos heterogêneos da sociedade, com objetivos e interesses múltiplos, suscitando embates teóricos sobre os alcances e os limites do cooperativismo como forma de gestão da produção. Em sua origem e desenvolvimento, a gestão cooperativista foi aclamada historicamente pelos seus instrumentos democratizantes e humanizantes no âmbito da produção, tais como: a liberdade no trabalho, a solidariedade, a participação igualitária e valorização do trabalho em detrimento do capital. Segundo a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), como exemplo de tal perspectiva, o cooperativismo pode ser visto assim:

Um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. (in: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>, acesso em 23/12/2009).

No tempo presente, num enfoque distinto, o cooperativismo assumiu versões deturpadas diante de sua ideologia fundante, aparecendo como alvo de críticas por ter sido manipulado como ferramenta dos interesses empresariais e mercantis ao terceirizar e realocar a força de trabalho sob a forma de “*cooperfraudes*”, na mira da diminuição dos custos sociais da produção. É nesse enleio de concepções que as noções teóricas sobre o cooperativismo provocam polarizações nos discursos acadêmicos, projetos políticos e práticas sociais, recebendo, de modo ambivalente, méritos e descréditos teóricos sobre o seu potencial estratégico-político no combate às taxas de desemprego, à exploração e à precarização do mundo do trabalho. As temáticas sobre as origens e potencialidades emancipatórias do cooperativismo serão tratadas no primeiro capítulo, juntamente com as abordagens clássicas sobre o tema. Pode-se dizer, de forma introdutória e sucinta, que alguns autores abordam o cooperativismo como uma modalidade de resposta aos problemas sociais gerados pela ordem excludente do capitalismo e indicam seu potencial histórico na superação do modelo capitalista vigente. Para Singer, por exemplo,

O cooperativismo surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. O cooperativismo casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) [...]. O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na verdade, ele constitui uma síntese que supera ambos (2002, p. 13).

Por outro ângulo analítico, numa perspectiva mais crítica, alguns autores divergem dessa concepção do cooperativismo como forma produtiva que promove a superação do modo capitalista de produção, sendo fortemente enviesada pela sua postura ideológica e superficial ao observar a dinâmica que

caracteriza o atual estágio de organização das forças produtivas. Dentro de tal tendência, destaca Lima,

O tratamento sobre o cooperativismo como modo de produção alternativo escapa às observações mais profundas do atual momento histórico. Algumas formas de organização cooperativa representam os novos interesses da ordem do capital, quais sejam: a terceirização, as *cooperfraudes* e as organizações que buscam manter o emprego em empresas falimentares que retratam o sentido capitalista da forma cooperativa de organização e produção (2004, p. 2).

Adotando o referencial dos horizontes delineados pelos autores acima expostos, construídos numa relação de enfrentamento teórico-metodológico no campo das discussões sobre o cooperativismo educacional, algumas abordagens situam as vantagens do cooperativismo como uma modalidade de gestão mais democrática que permite a participação integral entre professores, alunos, cooperados de modo geral e a comunidade envolvida no cotidiano da vida escolar. As propostas pedagógicas e os interesses educacionais são debatidos, delimitados e implementados por vontades coletivas que conduzem o processo decisório de forma aberta e solidária, tal discussão será abordada no segundo capítulo do trabalho. Em outro aspecto de observação, o cooperativismo educacional é concebido como uma ação coletiva limitada pelas forças do mercado e sua composição heterogênea (de pais, professores ou alunos) impede a estabilidade das decisões no fato de que excede na participação democrática, transformando o cooperativismo educacional numa forma de gerência marcada pelos conflitos de interesses que emperram o andamento das decisões necessárias na escola. Na realidade, abdicando de visões unilaterais dos fenômenos aqui descritos e visto na sua *totalidade concreta*¹, o cooperativismo educacional, observado na teoria e nas experiências

¹ De acordo com Bottomore, no verbete “totalidade” do Dicionário do Pensamento Marxista, a noção teórica de totalidade aparece na obra de Marx “*em contraste com a concepção metafísica que trata a totalidade como abstrata, intemporal e, portanto, inerte*”. Nessa aceção idealista e, por isso, parcial, os processos históricos são capturados pela sua natureza estável e fixa numa dada totalidade ordenada e abstraída pela idéia dos fatos. Por isso, na concepção dialético-materialista, utilizada aqui como referência metodológica, a totalidade - de forma contrária ao método idealista - significa, primeiro, a unidade concreta de contradições que interagem (1997,

práticas, exprime as contradições típicas do momento histórico em que está situado. É uma expressão dos eventos histórico-sociais que marcaram o momento de reconfiguração das forças produtivas no Brasil e no contexto internacional, como será exposto no terceiro capítulo. No Brasil, a partir do final da década de 80 e início dos anos 90, que as cooperativas eclodiram e começaram a organizar-se e ganhar notoriedade. A sucessão de crises econômicas que marcam o fim do período militar, as primeiras manifestações internas de mudanças econômicas com a reestruturação produtiva dos setores fabril e de serviços e a adoção de políticas neoliberais nos anos 90, configurou o panorama histórico de inserção do cooperativismo na realidade sócio-política do país.

A reorganização da sociedade civil como efeito da abertura política no Brasil, fez representar um conjunto heterogêneo e articulado de novos atores sociais – sindicatos (sob a égide do “novo sindicalismo”), ONG’s, associações de bairros, setores progressistas da igreja católica, movimentos populares no campo e na cidade e movimento estudantil -- que passaram a exigir mudanças nos padrões de organização social. De modo mais destacado, como objeto de interesse específico, a educação passou a fazer parte das reivindicações sociais básicas e foi submetida à crítica pelos novos sujeitos emergentes.

No âmbito da educação, em específico, a insatisfação da classe média no Brasil e as limitações nas opções de ensino acessível e de qualidade construíram uma série de críticas e tentativas de solução para o modelo educacional brasileiro. A crise das escolas públicas – como um fenômeno característico resultante da retirada do Estado das suas funções tutelares diante da sociedade e suas demandas básicas – e os altos preços praticados pelas escolas particulares que ascenderam nesse período com suas práticas mercantilistas e aviltantes, foram os marcos decisórios para o surgimento da solução cooperativista diante das adversidades econômico-materiais e, por extensão, educacionais.

p. 381). Por isso, a totalidade social é um complexo geral estruturado e historicamente determinado pelas contradições existentes na produção da vida material. Assim, o cooperativismo pode ser concebido, dialeticamente como forma social negadora da ordem do capital e, ao mesmo tempo, integrada às suas forças de produção e reprodução.

Embora o cooperativismo do ramo educacional tenha aparecido em outros momentos históricos², sua emergência generalizada deu-se nas décadas de 80 e 90, no século XX, retratando a tendência de reorganização das escolas básicas e da educação básica que refletirá, posteriormente, como efeito sócio-político, na origem da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) aprovada em dezembro de 1996, como marco regulatório das escolas cooperativas³.

Na configuração dessa ordem política emergente, a nova dinâmica organizacional das instituições pretendida pelo movimento cooperativista em geral e, no ramo educacional em especial, estendeu-se à estrutura formal dos Estados, visível na incorporação do cooperativismo nas agendas primordiais dos governos, por meio das políticas públicas de incentivo à inclusão social, fomentando a ideológica da cultura associativista como plano de reorganização do mundo do trabalho diante da crise que motivou os processos de reestruturação da produção. No caso brasileiro, este movimento é claramente perceptível no Governo Lula que institucionalizou a partir do primeiro ano de mandato uma política centrada na “economia solidária”, criando uma secretaria nacional, em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)⁴ como agência de política interna do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) que absorveu o papel de

² A primeira cooperativa escolar surgiu no Brasil, no Estado de São Paulo, em 1932, tendo sido regulamentada em 1967 com o objetivo explícito de congregar alunos de um determinado estabelecimento de ensino e educá-los dentro dos princípios cooperativos. Até 1968 as cooperativas escolares funcionaram mais com o objetivo de simples fornecedoras de material escolar, não atendendo assim à proposta original de formar alunos dentro do espírito cooperativista; a partir de então, com a implantação do sistema Escola-Fazenda nos colégios técnicos agrícolas do país, é que se passou a dar maior importância às Cooperativas-Escola, passando as mesmas a integrar a estrutura pedagógica da habilitação profissional do Técnico Agrícola.

³ A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 classifica as escolas particulares em quatro modalidades: particulares, confessionais, filantrópicas e comunitárias. Estas três últimas podem receber recursos públicos, desde que comprovem ter finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação. Até então, eram classificadas como comunitárias as cooperativas constituídas apenas por pessoas vinculadas ao processo educativo. Originalmente, a lei tratava de professores e de alunos. Em 2005, passou a incluir também os pais. A partir de 28/08/2008, a LDB foi alterada e a nova redação substituiu a expressão "cooperativas de pais, professores e alunos" por "cooperativas educacionais". Tecnicamente, qualquer pessoa ou grupo pode montar uma, desde que inclua, na mantenedora, "representantes da comunidade", resultando na Lei **12.020 de 2008**.

⁴ Criada pela lei Lei n.10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto n.4.764, de 24 de junho de 2003.

agente cultural, organizacional, comunicacional e técnica da organização cooperativa. O Estado, no conjunto recente de suas novas atividades traçadas pelo eixo neoliberal, passou a conduzir o cooperativismo como tópico necessário de sua agenda institucional promovida para a restauração da ordem desfigurada do mundo do trabalho.

Desse modo, a opção cooperativista surge num contexto de reorganização social das forças e dos sujeitos ligados ao mundo da produção, com seu desdobramento no campo educacional que se rearticulou diante das condições de enfraquecimento do ensino público e do alto custo das escolas privadas, criando um quadro específico para o entendimento de uma realidade particular que será pontualmente discutida no quarto capítulo: a emergência da Cooperativa Educacional de Uberlândia (CEU), na cidade de Uberlândia – MG, em julho de 2004, abordando suas vantagens organizativas, no que diz respeito à democratização das atividades e explorando seus limites organizacionais como modelo de gestão nascido das condições históricas que afetam e delinham o tempo presente, como a agenda neoliberal e seus efeitos na educação, a precarização do trabalho docente e a autonomização possível advinda da forma cooperativa de gerência diante da tendência mercantilizadora da educação no tempo contemporâneo.

No caso brasileiro, o debate sobre a “economia solidária” surge articulado por segmentos distintos e heterogêneos da sociedade, com uma variedade de intenções e objetivos. A noção teórica de “economia solidária” no Brasil começou a aparecer na década de 1980, mas é preponderantemente na década de 1990 que elas tomam vigor, como propulsão das forças engendradas pela crise econômica no país, que levou ao processo de reestruturação produtiva no Brasil. O momento citado deve ser observado e compreendido como resposta à crise social instituída pela recessão do período acumulativo alcançado no “milagre econômico”⁵ e como situação histórica de rearticulação das empresas,

⁵ O "milagre econômico" é a denominação dada à época de excepcional crescimento econômico ocorrido durante a ditadura militar, ou anos de chumbo, especialmente entre 1969 e 1973, no governo Médici. Nesse período do desenvolvimento econômico brasileiro em que, paradoxalmente, houve aumento da concentração de renda e da pobreza, instaurou-se um pensamento ufanista de "Brasil potência", que se evidencia com a efusão ideológica da conquista da terceira Copa do Mundo de Futebol em 1970 no México, e a criação do mote de significado dúbio: "Brasil, ame-o ou deixe-o".

intensificando as mudanças técnico-produtivas sob a luz da “modernização da produção” como álibi da competição econômica necessária que tipifica a fase de emergência do neoliberalismo no país. As mudanças no âmbito da produção e a crise sócio-política que abateu a ditadura militar no Brasil, levando à “redemocratização”, são elementos necessários na percepção histórica do panorama em que emerge a “economia solidária”.

Como produto das condições histórico-sociais, a “onda solidária” no Brasil realizou-se a partir de vários movimentos sociais, organizações não-governamentais, categorias e entidades sindicais que buscavam novas formas de controle e solução da crise do capital e do trabalho.

Segundo Gohn,

As alterações ocorridas no cenário da participação social no Brasil, na década de 1990, com o surgimento ou renascimento de novas lutas sociais, de caráter cívico, como a Ética na política, a Ação pela Cidadania e as lutas feministas e ecologistas, levaram-nos à necessidade de mapear o campo desses movimentos como reações às condições sociais impostas e abertas pelo autoritarismo político-econômico (2003, p.11).

“Cooperativismo”, “associação cooperativa”, “gestão alternativa da produção”, “economia auto-gestionária”, “economia solidária”, “gestão solidária” e outras nomenclaturas teórico-ideológicas invadiram os discursos críticos e conservadores no mundo contemporâneo e, no Brasil, por desdobramento, foram e são manuseadas nos discursos político e acadêmico como categorias conceituais vagas diante das forças que embalam a reorganização da produção econômica capitalista. Na virada do século XX e no espaço histórico-social do século XXI, o colapso do modelo produtivo acumulativo fordista e a reengenharia do modo de produção capitalista – envelopados pela ideologia política neoliberal – provocaram profundas transformações no mundo do trabalho e nas suas formas organizacionais de resistência e articulação política.

De acordo com Antunes,

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política (1999, p.15).

Na medida em que capital e trabalho possuem uma relação dialética e de enfrentamento, as metamorfoses do capital e de suas formas estratégicas na intenção de reorientar a sua lógica acumulativa histórica acabam por acionar mudanças no trabalho e nas suas formas objetivas e subjetivas. Por uma relação histórica de contradição entre o capital e o trabalho, as mudanças técnico-produtivas e organizacionais implementadas pela “reestruturação das forças produtivas” implicou numa reformulação das relações de trabalho e das formas de ser e resistir da classe trabalhadora. As transformações técnico-produtivas moveram as dinâmicas organizacionais da sociedade do trabalho, o estrangulamento do modelo de regulação em que se assentava o paradigma fordista incidiu na reestruturação do mundo do trabalho na sua totalidade, quais sejam: o conhecimento, a técnica, a associação, a identidade e a representação social das classes trabalhadoras. Nos dizeres de Antunes,

Após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir da década de 70, começou a dar de sinais de um quadro crítico. Na realidade, a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo (2000, p.31).

As mudanças nas modalidades de trabalho e nas relações de trabalho trouxeram uma série de inovações críticas no ambiente acadêmico com imputações teóricas sobre a atualidade, a presença e o futuro do trabalho nas sociedades contemporâneas. A crise do modelo vigente – o gerenciamento fordista – e a reconfiguração do padrão acumulativo afetaram substancialmente

a produção social capitalista e os seus mecanismos reguladores. Por efeito, o mundo do trabalho assistiu – e assiste – à precarização das formas de trabalho quando experimenta as subcontratações, as baixas salariais, a expansão da informalidade e às formas “atípicas” da contratação, os *supranumerários*⁶ e outras modalidades, como o trabalho temporário e o trabalho parcial. O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma intensa reestruturação, trazendo como resposta um conjunto de transformações “modernizantes” e adaptativas à nova realidade emergente.

Por exemplo, afirma Harvey,

A subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho sejam retomados, trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal), cooperativas revivam e floresçam (2002, p.145).

Diante da instabilidade e volatilidade do mercado, do aumento da competição e da diminuição das margens de lucro, a classe patronal tirou proveito do desmonte estrutural da contratualidade social que estabelecia o equilíbrio do padrão fordista, visível pelo enfraquecimento dos sindicatos e pela grande quantidade de trabalho excedente no mercado que rebaixa as expectativas salariais.

Nesse ambiente do movimento insaciável do capital, ressurgem as discussões apologéticas sobre a hegemonia incontrolável do capital globalizado e sua força expansiva diante da incapacidade de resistência e organização da classe trabalhadora que assiste ao seu fracasso coletivo como alavanca

⁶ O termo-conceito *supranumerários*, utilizado por Robert Castel na obra *As metamorfoses da questão social* (1998, p.531), faz pensar na idéia de exclusão social como recurso que permite forjar um “novo paradigma”, da “nova pobreza”, mas que, na verdade, trata-se daquela porção estagnada do exército industrial de mão-de-obra de reserva, a qual não se encontra inserida no trabalho com contrato por prazo indeterminado durante um tempo significativo da vida produtiva, mas nem por isso deixa de desenvolver uma trajetória de atividades remuneradas. Castel destaca que a questão social hoje é a precarização do trabalho, a qual faz parte das novas exigências do capitalismo moderno. Ela se cristaliza em três problemas que afetam diretamente a classe trabalhadora: a desestabilização dos trabalhadores estáveis, a instalação da precariedade e a emergência de um contingente populacional supranumerário, os “inúteis para o mundo”.

enfraquecida do projeto emancipatório socialista. Por outro ângulo político-ideológico, torna-se possível a consolidação de numerosos movimentos que lutam por uma globalização contra-hegemônica e situam as lutas de resistência em campos alternativos e desmembrados dos braços clássicos da luta contra o capital: os partidos políticos e os sindicatos.

No âmbito dos movimentos sociais, a derrocada dos projetos socialistas a partir do esfacelamento do bloco histórico-político da União Soviética, o enfraquecimento do poder político das formas tradicionais de resistência – os sindicatos – por conta da redução objetiva da classe trabalhadora como expressão da revolução técnico-científica e a emergência de “novos” sujeitos sociais com novas agendas reivindicatórias, como os movimentos ecologista e feminista, desarticularam e pulverizaram as lutas sociais centradas no caráter classista, deslocando a centralidade do conflito capital x trabalho para setores marginalizados da vida social urbana, constituindo a urbanidade como palco de carências sociais mais difusas e fragmentadas no requerimento de novas demandas sociais.

Segundo Santos,

No início do século XXI, a tarefa de pensar e lutar por alternativas econômicas e sociais é particularmente urgente por duas razões relacionadas entre si. Em primeiro lugar, vivemos em uma época em que a idéia de que não há alternativas ao capitalismo conseguiu um nível de aceitação que provavelmente não tem precedentes na história do capitalismo mundial [...]. Em segundo lugar, a reivindicação de formas econômicas alternativas é urgente porque, em contraste com os séculos XIX e XX, no início do novo milênio a alternativa sistêmica ao capitalismo representada pelas economias socialistas centralizadas não é viável nem desejável (2002, p.25).

Por outro lado, como resposta prático-intelectual, difundiram-se propostas de reforma social com base na solidariedade produtiva e no associativismo dos excluídos, constituindo um modelo de resistência pautado nas influências das lutas operárias no século XIX. Para Singer,

Muitas das sociedades cooperativas que foram fundadas recentemente estão delimitadas pelas condições históricas típicas do século XIX, originadas de greves e grupos locais de trabalhadores que haviam sofrido baixas salariais ou falta de emprego (2002, p.29).

De modo sucinto, pode-se contextualizar o fulgor das formas alternativas de produção social no discurso contemporâneo, e o cooperativismo em particular, pelos acontecimentos mais recentes da historicidade do sistema capitalista. A crise mundial iniciada nos anos 1970 e a dinâmica das forças neoliberais que se seguiu, a partir do início da década seguinte, produziram taxas elevadas de desemprego e níveis crescentes de pobreza na maioria dos países de capitalismo avançado, mas principalmente nos países periféricos. O crescimento das demandas sociais imprimiu uma onda de redefinições dos modelos produtivos, encaminhando o modelo do cooperativismo como saída histórica possível.

Em grande parte, do ponto de vista teórico-metodológico, o soerguimento do cooperativismo como forma de organização do trabalho foi submetido às análises de viés esquerdista – marxista e anarquista – que conduziram os debates e modelos de organização da resistência operária no século XIX e parte do século XX. O tema da relação capital x trabalho como entrave histórico particular do sistema capitalista continua como cerne dos questionamentos, mesmo engendrando novas configurações sistêmicas, a questão da superação do modo de produzir capitalista continua como divisor das discussões sobre o potencial emancipatório do cooperativismo.

No íntimo dessas tendências históricas, que serão discutidas no corpo do trabalho, surgem tentativas de situar e teorizar a “economia solidária” como título genérico das ações de associação entre trabalhadores com interesses comuns de oposição à produção excludente do modelo capitalista vigente. A lógica acumulativa do capital e a desumanização das relações de trabalho e produção no capitalismo, que marcaram a estrutura crítica da resistência operária no século XIX, não foram removidas do atual ensejo dos debates sobre a forma

cooperativista. É notável, no discurso e na prática, a utilização atualizada do projeto inaugural do cooperativismo como embrião do processo de emancipação das classes excluídas.

Em outra dimensão, decalcada dos princípios primordiais e inaugurais do cooperativismo, a gestão cooperativa foi concebida como produto dos interesses do capital, isto é, diante da nova estratégia de diminuir os custos sociais da produção, o modelo cooperativista foi visto e experimentado em algumas situações como núcleo de desencargos trabalhistas quando organizados segundo os ditames da terceirização da força de trabalho. Nesse quadro de descrédito do seu potencial libertador, emergem as “*cooperfraudes*” como modalidades de gestão autônoma desarticuladas das responsabilidades jurídico-sociais do capital sobre o trabalho e sua rede de proteção social. Em alguns setores da produção capitalista, o desmonte dos grandes sistemas de produção e contratação da força de trabalho -- elemento típico do modelo fordista e sua expressão aliada às políticas do bem-estar social -- forçou o barateamento do custo contratual do trabalho na produção, desembocando nas falsas organizações cooperativas que forjaram o estatuto da auto-gestão quando realizavam, de fato, a função de alocar trabalhadores em parceria com o capital, agudizando as críticas sobre as reais pretensões do cooperativismo como instrumento eficiente de resistência sistemática. Nestes termos, algumas propostas de auto-organização dos trabalhadores são núcleos de reprodução da ordem do capital, satisfazendo livremente as necessidades do capital, combatendo o desemprego e associando os excluídos ao mundo do consumo que sustenta a lógica da produção.

Por isso, no circuito dos debates sobre o caráter emancipatório do cooperativismo, algumas tendências teóricas⁷ mais críticas refutam o modelo cooperativista como artífice de uma nova ordem alternativa de produção inserida nas contradições próprias do capitalismo. O dilema da ruptura da ordem do

⁷ Segundo Sousa: “As debilidades presentes, tanto teóricas como práticas no campo da chamada economia solidária, apresentam um componente fortemente mistificador das relações sociais que mediam o capital, enquanto força social em busca de se expandir, e o trabalho, enquanto componente medular do processo de valorização” (2008, p.59). Dentro de tal referência teórica, as cooperativas são vistas como parte do núcleo produtivo do capital e, de um modo geral, da totalidade das relações de produção e reprodução do padrão acumulativo capitalista.

capital por meio dos modelos auto-gestionários representaria, na concepção mais crítica sobre o potencial de rompimento do cooperativismo diante da lógica do capital, uma forma local e pontual de resistência que seria ineficaz na transformação da totalidade social. O cooperativismo seria, nessa perspectiva, uma forma internamente articulada de modo solidário e autônomo, incapaz de solucionar a questão da exploração na sua dimensão societal como espaço geral da reprodução mercantil do capital. Na concepção crítica de Luxemburgo,

Quanto às cooperativas, são elas, antes de tudo, um ser híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista (1999, p.81).

Resumidamente, o modelo cooperativista de produção, em geral, tem sido teoricamente concebido diante de dois ângulos opostos nos debates intelectuais e definições conceituais:

- 1) O cooperativismo representa uma forma alternativa, revolucionária e emancipadora da ordem do capital, sua realização é expressão autônoma e efetiva do rompimento do trabalho diante do capital, revelando-se como vida embrionária no interior da lógica acumulativa do capitalismo, permitindo, na dinâmica das suas contradições, a superação do modo de produção capitalista;
- 2) O modelo cooperativista é uma forma articulada de trabalho associado que se manifesta de modo pontual e focal no concurso complexo das ordens do capital, isto é, as organizações cooperativas concorrem para a execução da lógica capitalista, derivando daí, sua incapacidade de alterar profundamente a ordem mercantil instituída que se pauta pela ampliação da prática do lucro como artífice da alienação social.

Por fim, o trabalho procura problematizar, a partir de uma postura crítica balizada pelo método materialista histórico-dialético, os enfoques e perspectivas contraditórias e ideologizantes a respeito do panorama histórico e teórico descrito anteriormente, sendo necessária tal problematização, na medida em

que se percebe, por um lado, a recuperação do cooperativismo como proposta de organização dos trabalhadores com o objetivo de construir uma sociedade mais igualitária por meio das experiências coletivas de produção e distribuição do trabalho socialmente produzido e, dessa maneira, proporcionando a participação autônoma, coletiva e plural dos trabalhadores e não-trabalhadores no mundo do trabalho. Por outro lado, entretanto, permanece a polêmica central sobre a possibilidade efetiva da forma cooperativista na execução da emancipação dos trabalhadores e da superação da ordem capitalista vigente. De fato, as transformações sociais no universo da produção são responsáveis pelo estágio atual das discussões sobre o cooperativismo. Assim, por extensão das contradições inicialmente expostas, o cooperativismo educacional também foi submetido aos enfoques clássicos que amparam a discussão temática sugerida, provocando um conjunto de questionamentos sobre suas formas de atuação, gestão e organização que serão estudadas nos seus processos de aproximação e ruptura com a lógica do capitalismo, no caso específico da Cooperativa Educacional de Uberlândia (CEU).

1 O surgimento do cooperativismo como resposta às contradições da sociedade capitalista

Eram três as possibilidades abertas aos pobres que se encontravam à margem da sociedade burguesa. Eles podiam lutar para se tornarem burgueses, poderiam permitir que fossem oprimidos ou então poderiam se rebelar. (HOBBSAWM, 2003).

As cooperativas, no seu formato histórico original, surgem com a sociedade industrial e com o movimento operário no século XIX. O presente capítulo procura recuperar a trajetória do cooperativismo como prática social, as referências histórico-sociais de sua gênese, suas conexões com o movimento de trabalhadores e, como representação teórica, as análises construídas em torno do seu projeto e ações que definiram sua estrutura e o seu funcionamento nas sociedades industriais clássicas, em busca do melhor entendimento de suas configurações contemporâneas. Dessa maneira, procura-se compreender numa relação histórica, dialética e material dos fatos observados, os elementos que serviram de base para o surgimento do cooperativismo.

No contexto histórico do modo de produção capitalista do século XX, a crise acumulativa fordista impulsionou o processo de “reestruturação das forças produtivas” e metamorfoseou as relações de trabalho e produção no capitalismo contemporâneo, sobrelevando a prática cooperativista no centro dos debates políticos e intelectuais sobre as alternativas de produção diante da desfiguração do mundo do trabalho. Sob a égide terminológica da “*economia solidária*”, as formas de autogestão da produção social têm sido, do ponto de vista teórico-metodológico, abordadas numa ótica diversificada e heterogênea, que suscitam os mais diversos matizes e significados, tais como: o poder coletivo do cooperativismo na alocação social das classes excluídas no âmbito da produção social (SANTOS, 2002), a emergência de novos padrões de sociabilidade e identidade dentro das cooperativas, criando vínculos e laços sociais fortalecidos nas relações de trabalho e produção (LAVILLE, 2006), a limitação da forma

cooperativa dentro do modo de produção capitalista e de sua lógica excludente (LUXEMBURGO, 2006) e sua potencialidade como organização produtiva associada em busca da superação das relações capitalistas de produção (SINGER, 2002).

Desse modo, o capítulo procura construir uma discussão teórica geral sobre o cooperativismo no âmbito do pensamento social dos séculos XIX e XX, destacando suas vertentes principais diante dos argumentos revolucionários e reformistas que envolveram o debate nos períodos apontados anteriormente.

1.1 As contradições da sociedade capitalista: uma análise crítica sobre as origens do cooperativismo

A história não faz nada, não dá combates, é o homem, o homem real e vivo que faz tudo isso e realiza combates; estejamos seguros de que não é a história que se serve do homem como de um meio para atingir – como se ela fosse uma personagem particular – seus próprios fins; ela não é mais que a atividade do homem que persegue seus objetivos. (ENGELS, 2003).

É impossível, nas abordagens que contextualizam a origem do cooperativismo no mundo do trabalho do século XIX, dissociar os vínculos entre as contradições do sistema capitalista e a emergência de respostas coletivas e cooperativistas, construídas como resistências à ordem social imposta pela lógica desumanizante do capital. O movimento cooperativista fundou-se inicialmente com os socialistas utópicos⁸, que aplicavam a autogestão como

⁸ A expressão “socialismo utópico” foi utilizada por Engels (2009, p. 4) como categoria conceitual que representa as tentativas de resistência da ordem capitalista emergente, no fim do século XVIII e início do século XIX. Para Engels, os utópicos concebem o socialismo “como expressão da verdade absoluta, da razão e da justiça e, graças à sua virtude, conquistaria o mundo pelo desenvolvimento natural da inteligência social dos homens” (2009, p. 5). Desse modo, falta-lhe o aspecto histórico e materialista da compreensão da história humana - o que revela seu sentido *utópico* - como uma dinâmica revelada pelas forças objetivas e materiais que entram em contradição fazendo irromper o processo revolucionário. Destacadamente, situam-se, nessa

reação social às condições impostas pela industrialização, como a miséria dos grandes aglomerados urbanos, o pauperismo e o desemprego. Em linhas gerais, numa perspectiva teórico-crítica, o surgimento do cooperativismo reflete uma faceta das alternativas produzidas no século acima citado, apontando certa reflexividade histórica sobre uma ordem capitalista caótica, instalada pelos processos revolucionários que assentaram a hegemonia burguesa e o seu domínio político-econômico da moderna sociedade capitalista.

Segundo Singer,

O cooperativismo nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção (2002, p.25).

A implantação da maquinofatura como instrumento tecnológico da revolução produtiva burguesa, acarretou uma série de problemas sociais que estamparam as preocupações sociais conservadoras e críticas do século XIX, do positivismo de Auguste Comte, que define na sociedade industrial, a classe trabalhadora como um grupo que “acampa no vazio da ordem social”, causando um profundo “mal-estar social”, ao materialismo histórico-dialético de Marx e Engels, que concebem a origem das mazelas sociais como produto da divisão classista da sociedade moderna. As grandes fábricas, a formação das multidões, a devassidão moral da prostituição, os vícios, o alcoolismo, os acidentes de trabalho, a paisagem desumana das cidades, o desarranjo ambiental e social do campo e da cidade e a urgência da “questão social” se manifestavam como efeitos perversos da ordem imposta pelas revoluções, sendo a cidade o palco mais visível e expressivo desse fenômeno cravado pelas antíteses sociais.

Tomando como referência a literatura crítica do pensamento social no século XIX, em especial nas linhagens de postura marxista, o tema do capitalismo como sistema portador de contradições aparece como estampa marcante das reflexões. Em sua obra *Do socialismo utópico ao socialismo*

linha ideológica, pensadores como Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen, que serão apresentados posteriormente.

científico, de 1880, Engels faz a leitura dos antagonismos que o modo de produção capitalista acentuou, afirmando que desde o momento em que nasceu, a burguesia conduzia em suas entranhas sua própria antítese, o ascenso da indústria capitalista converteu a pobreza e a miséria das massas trabalhadoras em condição de vida da sociedade.

O movimento de contradição do capitalismo define o caráter do automatismo histórico do enfrentamento social das classes subjugadas que revela uma dinâmica própria e, surge de *dentro* e *contra* o próprio capitalismo, tendo origem no íntimo das condições materiais e sociais modeladas pela ordem do capital. Ao imprimir sua modalidade produtiva de concentração do capital, o sistema capitalista produz sua própria negação, historicamente manifesta pelas rebeliões e manifestações da classe trabalhadora. Segundo Benoit,

O modo de produção capitalista, ao superar as formas de trabalho individual da Idade Média, fundou, como nenhum modo de produção anterior, um verdadeiro modo de produção baseado no trabalho socializado. O capital, ao expropriar a propriedade do campesinato livre e ao concentrá-la em mãos dos primeiros capitalistas, fundou historicamente a moderna sociedade e suas contradições básicas: os capitalistas e os expropriados (2009, p. 134).

Por isso, faz-se necessário compreender a estrutura funcional do capitalismo para o entendimento do cooperativismo como expressão dos seus antagonismos sócio-materiais.

Em suas origens e usos, o termo “*capitalismo*”⁹ raramente foi utilizado pelos teóricos não-marxistas e, mesmo nos textos iniciais de Marx, o adjetivo incorporava um momento histórico delimitado pela instantaneidade do termo,

⁹ Como Maurice Dobb (1997, p. 182) observa, o termo “capitalismo” foi tardiamente incorporado aos escritos de Marx, embora perceba o uso dos termos “capitalista” e “capital” no Manifesto do Partido Comunista de 1848. Posteriormente, o termo adquire um sentido de caracterização do momento histórico-produtivo da modernidade, garantindo o sentido da ultrapassagem histórica do capitalismo pelas suas próprias contradições, sendo utilizado na perspectiva da totalidade social pela qual o capital se enredava. Desse modo, evitamos aqui, por enquanto, as divisões temáticas e históricas entre as fases do capitalismo, como capitalismo comercial, capitalismo industrial, capitalismo monopolista e capitalismo financeiro.

como ocorre no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, quando Marx e Engels afirmam:

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado. Entretanto, a nossa época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes (1998, p.18).

Mas, em sua obra *O capital* (1867), significativamente mais sofisticada sob o ponto de vista da penetração e amadurecimento dos seus conceitos, o termo capitalismo adquiriu um contorno maciço por meio das seguintes características básicas que definem esse modo de produção:

- 1) A produção está voltada para a venda e não para o uso próprio, isto é, a finalidade da produção das mercadorias é o mercado e não a satisfação das carências humanas, isto é, o valor de troca supera o valor de uso das mercadorias;
- 2) A força de trabalho é convertida em mercadoria na medida em que as relações de trabalho assalariadas são submetidas à troca no mercado, por quantidades definidas pelo dinheiro-salário;
- 3) O capitalista, ou seu agente gerencial, controla o processo de produção (trabalho) para a maximização das taxas de mais-valia e, por conseqüência, o aumento das taxas de lucro;
- 4) Controle das decisões financeiras por meio do uso universal do dinheiro e do crédito, facilitando a utilização dos recursos de outras pessoas para financiar a acumulação.

Desse modo, as características produtivas do sistema capitalista são por si mesmas, contraditórias, na medida em que organizam de um lado os proprietários dos meios de produção em oposição aos trabalhadores como agentes vendedores de força de trabalho e expropriados de sua autonomia produtiva.

De forma objetiva e sintética, Marx descreve as características essenciais do sistema capitalista, quais sejam:

o regime capitalista cria seus produtos com o caráter de mercadoria como sua expressão predominante e determinante, daí a tendência da *mercantilização de todas as esferas da vida social* e; a produção da mais-valia como finalidade direta e móvel determinante da produção, submetendo o mundo do trabalho aos ditames do capital (2001, p.17).

Nessa articulação dialética das forças sociais em jogo, o sistema de produção capitalista demonstra suas contradições estruturais. De fato, o nascimento da grande indústria e o caráter expansivo da lógica acumulativa do capitalismo representaram, ao mesmo tempo, o nível de desenvolvimento das forças produtivas que subjugarão a classe trabalhadora e, no seu revés, a força que impulsionou as formas de resistência e subversão da lógica imposta.

Para Marx e Engels,

A condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação de riqueza nas mãos dos particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. O progresso da indústria substitui o isolamento dos operários, resultante de sua competição, por sua união revolucionária mediante a associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria socava o terreno em que a burguesia assentou o seu regime de produção. A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros (1998, p.27).

Diante de tal contexto, os movimentos de trabalhadores são concebidos como parte do processo histórico de solidificação da ordem social burguesa, movimentos como a Revolta dos tecelões da Silésia (1841), o Movimento Cartista (1830-1840), o desenvolvimento dos sindicatos ingleses, as fábricas cooperativas e a Comuna de Paris (1871), são o representativo das forças que o capital criou contra si, fortalecendo na prática as concepções desenvolvidas pelo *materialismo histórico*¹⁰.

¹⁰ O materialismo histórico é uma expressão que designa o corpo central de doutrina da concepção materialista da história, núcleo científico e social da teoria marxista. De acordo com a "Introdução" que Engels escreveu em 1892 para *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, o

Nesse panorama, é sob o comando do capital que os grandes centros urbanos aparecem como emanção direta do modo de produção instituído. O desenvolvimento da produção embasada na maquinofatura e o desmonte da ordem feudal que situava as relações sociais no ambiente rural fizeram surgir os aglomerados urbanos como conseqüência da separação marcante entre a cidade e o campo, a indústria e o comércio e o trabalho manual do trabalho intelectual, realizações históricas do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho. Na realidade, a formação das cidades e o surgimento do proletariado foram expressões vigorosas da modernidade burguesa, acentuando a dinâmica da separação do ambiente urbano do ambiente rural e agudizando a relação de alheamento do trabalhador diante dos objetos da sua atividade, na medida em que concentravam nos ambientes urbanos, as desigualdades materiais e sociais, expondo com maior notoriedade o fenômeno da luta de classes. Nessas condições, o caso clássico da industrialização inglesa extravasa as mazelas fabricadas pela nova ordem capitalista instituída e instituinte, nos dizeres de Engels,

a Inglaterra é a “oficina do mundo”: ali, sob a dominação do capital, a ordem burguesa constrói o seu perfil urbano-industrial, trazendo consigo o seu contraponto histórico, o proletariado. (2008, p. 58)

Para a literatura sociológica marxista, no que diz respeito às análises sobre os movimentos de trabalhadores, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (1845)*, obra de Engels, representou um dos trabalhos mais significativos sobre as condições de produção instaladas pela lógica da industrialização. O brutal pauperismo das camadas trabalhadoras, derivado

materialismo histórico “designa uma visão do desenrolar da história que procura a causa final e grande força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações dos modos de produção e de troca, na conseqüente divisão da sociedade em classes distintas e na luta entre as classes” (2009, p.1). Nessa postura teórica, Marx e Engels afirmam na *Ideologia alemã*, de 1845, que “Em toda história humana, os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer a história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas” (2008, p.11). Daí, o núcleo fundamental do materialismo histórico, em última instância a base material condiciona a organização social dos homens.

diretamente da produção capitalista, impactou o pensamento social e desenvolveu uma série de esforços teóricos para o entendimento da “questão social”. Entre os anos trinta e cinquenta do século XIX, as condições de vida das classes trabalhadoras impregnaram o pensamento social com uma preocupação debatida por intelectuais dos mais diversos matizes – reacionários e conservadores, liberais e democratas, reformadores e revolucionários – desenhando um quadro histórico de formulações teóricas voltadas para a necessária compreensão/superação dessa forma ampliada de produção, o capitalismo. A revolução industrial ganha centralidade na explicação do modo como o capital passa a controlar a produção de mercadorias e o proletariado urbano aparece como sujeito histórico, político e revolucionário.

Para Engels,

A história da classe operária na Inglaterra inicia-se na segunda metade do [século passado], com a invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a processar o algodão. Tais invenções, como se sabe, desencadearam uma revolução industrial que, simultaneamente, transformou a sociedade burguesa no seu conjunto. A Inglaterra constitui o terreno clássico dessa revolução, que foi tanto mais grandiosa quanto mais silenciosamente se realizou. É por isso que a Inglaterra é também o país clássico para o desenvolvimento do principal resultado dessa revolução: o proletariado (2008, p.45).

Nessa perspectiva, a revolução industrial alterou as formas tradicionais de produção e alavancou a vida urbana como sua realização própria, isto é, a veloz expansão da indústria determinou a demanda de mais trabalhadores, os salários aumentaram e, em conseqüência, massas de trabalhadores rurais emigraram para as cidades. O desenvolvimento das forças produtivas fabris no espaço urbano alterou os modos de vida e sociabilidade da classe trabalhadora, a antiga sociabilidade rural fragmentou-se diante da lógica do mercado e o mundo do trabalho ganhou as feições da disciplinarização e do controle fabris. As transformações que a industrialização burguesa implantou, alterou as formas de produção – forças produtivas e relações de trabalho – e numa dimensão de apreensão da totalidade social, assentou novas formas de vida marcadas pela competição e supressão do espaço produtivo autônomo e coletivo. Ao mesmo

tempo, com a supressão do antigo artesanato, dirimiu para o operário as possibilidades de tornar-se burguês, na medida em que a indústria centraliza a propriedade em poucas mãos - a tendência centralizadora da indústria também centraliza a população. Por isso, os grandes aglomerados urbanos são formações essenciais na compreensão das formas de resistência que ocupam a lógica histórica da classe trabalhadora, sua luta histórica é um empreendimento que aponta as contradições gerais da sociedade capitalista: a produção pela exploração da mais-valia e a concentração populacional como efeito da necessária disponibilização massificada da força-de-trabalho, revelando a dimensão coisificada e alienada das relações sociais de produção e, por extensão, do convívio social.

No olhar engelsiano,

Uma cidade como Londres, em que se pode passear horas seguidas sem chegar sequer ao começo do fim, sem encontrar o menor sinal que permita concluir que se está na proximidade de campo aberto, é uma coisa toda peculiar. Esta colossal concentração, este acúmulo de três e meio milhão de habitantes em um só ponto centuplicou a força desses três e meio milhões. Mas o sacrifício que isso custou é algo que só mais tarde se descobre. Essas centenas e milhares de pessoas de todas as classes e de todas as camadas sociais, empurrando-se umas às outras, não são elas seres humanos, são coisas. E passam apressados uns pelos outros, como se não tivessem nada em comum, nada a ver uns com os outros, a ninguém ocorre sequer dignar-se olhar um instante para o outro (2008, p.68).

Na percepção do materialismo histórico, as transformações de ordem material exigiram uma reconfiguração das relações sociais que constroem o espaço de produção dos homens, a cidade é um espaço construído pelas forças do capital e os seus antagonismos são componentes das condições impostas pela lógica de revolucionar a produção incessantemente. As críticas que recaem sobre o modo de produção capitalista são o produto de reflexões sócio-materiais, a crítica social vê no espaço urbano a maioridade dos conflitos e, assim pressupõe a categoria da totalidade social como modalidade de percepção e alcance desse fenômeno agigantado. Para Lefebvre (2002), o fenômeno urbano como forma e realidade nada tem de harmonioso. O fenômeno

urbano reúne os conflitos. Sem excluir os conflitos de classe. Mais que isso, o fenômeno urbano só pode ser concebido como oposição e segregação, separando os indivíduos em conflitos particulares. *Segregação* que produz *desagregação* da vida mental e social. O urbano se apresenta como lugar dos enfrentamentos, como unidade das contradições. O urbano poderia, portanto, ser definido como lugar da expressão dos conflitos.

Por isso, o ambiente das cidades, os efeitos perversos da industrialização na vida familiar, nas subjetividades, na produção de idéias, nas formas de luta política e as novas formas de hierarquias e consciências fabricadas pela ordem do capital, também passam pelo crivo da crítica marxista. Além das impressões sobre os efeitos econômicos e materiais que aplacavam o novo modo de produzir, as características mercantis do sistema vigente produziram efeitos de ordem sócio-cultural, impregnando a prática capitalista de um sentido desumano e radicalmente individualizado. Por exemplo, comentam Marx e Engels,

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas. Todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus 'superiores' naturais ela os despedaçou sem piedade, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço frio do interesse, as duras exigências do 'pagamento a vista'. Afogou os fervores sagrados do êxtase religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal (2008, p.10).

O cotidiano da exploração, a coisificação das relações sociais de produção, a extorsão expandida da mais-valia, o inchaço urbano, a mercantilização de todas as esferas da vida social, a alienação social do trabalhador, a individualização exacerbada, o pauperismo visível das massas e a falta de acesso à produção são ingredientes históricos e contradições fundamentais para o entendimento das origens do cooperativismo na Europa, no século XIX. De modo geral, a origem do cooperativismo é uma resposta às necessidades humanas premidas diante da lógica abusiva do capitalismo, as

condições de vida e de trabalho foram questionadas e criticadas como geradoras de uma estrutura perversa e puramente mercantil.

1.2 As origens históricas do cooperativismo

A busca de alternativas, perante os efeitos excludentes do capitalismo, a partir de teorias e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária, não é uma tarefa nova. O pensamento e a prática cooperativista modernos são tão antigos quanto o capitalismo industrial (SANTOS, 2002).

O surgimento do cooperativismo se liga ao desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa, no século XIX, como uma das manifestações do movimento operário, reagindo às condições de extrema exploração então existentes. A busca de alternativas, perante os efeitos excludentes do capitalismo é a força histórica que impulsiona o surgimento do cooperativismo, sendo a dinâmica social opressora do modo de produção capitalista um campo propício para os envolvimento¹¹ e as práticas da cooperação. É no ambiente urbano e capitalista de produção, onde o senso de solidariedade havia desaparecido quase por completo, sendo suprimido pelas forças da competitividade liberal, que surge os ideais do cooperativismo. Embora visto como manifestação mais recente dos processos históricos que deram origem à modernidade européia, algumas formas de associação de trabalhadores já haviam ocorrido na Antiguidade, no tempo do Império Romano, na Idade Média e, por fim, no início da Idade Moderna, concretizando mais amplamente os ideais

¹¹ De acordo com Oliveira, o cooperativismo desperta uma cultura solidária do envolvimento quando “estabelece um universo de igualdade pela necessidade de justiça na distribuição das grandezas obtidas, democratizando direitos e responsabilidades a cada um dos membros, indistintamente” (2006, p.19). Nesse aspecto, a construção de uma sociabilidade cooperativa faz despontar uma cultura solidária, de envolvimento, pelas condições de igualdade na produção e distribuição das relações de trabalho.

e as práticas cooperativistas e associacionistas como resposta ao individualismo estruturado sobre as bases da competição no mercado e na produção. É comum, na linha histórica dos discursos e idéias que sustentam a forma cooperativista de organização, uma condução do sentido do trabalho como realização coletiva, saudável, igualitária e preservadora do trabalho mútuo como fonte de sustentação. Na esteira de tal processo, o capitalismo industrial produziu um conjunto de reflexões críticas nos pensamentos de Saint-Simon (1760-1825), Owen (1771-1858), Fourier (1772-1837) e Proudhon (1809-1865), que imaginavam e experimentavam novas formas de produção social, incentivando o espírito coletivo empreendedor como instrumento de renovação humana necessária no combate às condições impostas pela lógica produtivista do capital¹². Os princípios proclamados pelo cooperativismo resultam de uma crítica às contradições do capitalismo e, também, de uma tentativa histórica de humanização do mundo do trabalho, resultando os primeiros empreendimentos autogestionados. Os princípios gerais são: a livre gestão democrática, participação econômica igualitária dos membros, autonomia e independência dos processos de trabalho, educação, formação e informação dos seus membros e intercooperação com outros grupos e a comunidade.

Do ponto de vista histórico, de acordo com Singer (2002), é preciso entender as cooperativas como reações defensivas de trabalhadores em busca de bens básicos para a produção de suas existências. Por exemplo, a mais antiga cooperativa, com existência documentada, parece ter sido iniciativa de trabalhadores empregados nos estaleiros de Woolwich e Chatham, que em 1760 fundaram moinhos de cereais em base cooperativa, fugindo dos altos preços cobrados pelo monopólio local. Moinhos e padarias multiplicaram-se na França e na Inglaterra. Outros experimentos cooperativos, em escala mais ambiciosa, foram deflagrados na Inglaterra sob a influência das sociedades cooperativas owenistas, sendo que as primeiras cooperativas, em escala mais destacada e

¹² Engels refere-se aos três utopistas Saint-Simon (1760-1825), Owen (1771-1858) e Fourier (1772-1837), como produtos das condições e contradições materiais advindas da consolidação do modo de produção capitalista e afirma: "o socialismo moderno é, em primeiro lugar, por seu conteúdo, fruto do reflexo da inteligência, de um lado, dos antagonismos de classe que imperam na sociedade moderna, e, de outro lado, da anarquia que reina na produção" (2009, p.1). Os debates teóricos entre o socialismo utópico e o socialismo científico, serão apresentados mais adiante, no item 1.3 deste capítulo.

socialmente abrangente, surgiram por volta de 1844, na Inglaterra e 1822, na França, como reação à extrema pauperização provocada pela transformação massiva dos pequenos produtores em trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial.

Para Singer (1998), a Inglaterra foi a pátria do cooperativismo por efeito da Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformavam no proletariado moderno. A exploração dos trabalhos nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam “ficar de pé”¹³ e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico-mental dos trabalhadores impedia que o trabalho pudesse se elevar. Se as condições de trabalho eram péssimas, as de moradia também eram desumanas. Os operários moravam em habitações lotadas e sujas, se perdiam o emprego, perdiam o abrigo e o sistema de transporte público era praticamente inexistente, o abastecimento de água era precário e faltavam sistemas de esgoto e aquecimento. Fora da fábrica e da casa, a vida dos trabalhadores girava em torno dos bares ou algum lugar de reunião para jogos, aguçando os vícios como anestésicos da realidade oprimida em que viviam. A educação restringia-se às classes mais abastadas e a alfabetização era obra das instituições particulares ou religiosas, obrigando ao desenvolvimento do autodidatismo como forma de intelectualização e politização das massas de trabalhadores. Segundo Thompson (1997), naquele período, numa estimativa básica, dois entre três trabalhadores ingleses podiam ler de alguma forma, embora poucos pudessem escrever.

No trabalho empírico de Marx, ele confirma que,

Notadamente em Londres, as mulheres e crianças realizam jornadas enfadonhas de 14, 15 e 16 horas ininterruptas, em alguns dias da semana e, frequentemente, durante 36 horas consecutivas, com apenas duas horas de pausa para comer e dormir. Grande parte deles não sabe ler, são geralmente criaturas embrutecidas, anormais. Quando se tornam

¹³ Nesse caso, é importante comentar a utilização do trabalho de crianças na produção fabril do século XIX, relatada por Marx (2001, p.284), quando cita “Wilhelm Wood, um garoto de 9 anos, tinha 7 anos e 10 meses de idade quando começou a trabalhar. Chega todo dia da semana, no trabalho, às 6 da manhã e acaba sua jornada por volta das 9 horas da noite, lidando com fôrmas de cerâmica, num ambiente de altas temperaturas”. Daí, a composição física degradada das crianças, incorporadas desde a mais tenra infância no processo de produção capitalista.

demasiadamente velhos para esse trabalho infantil, o mais tardar aos 17 anos, são despedidos. Vão então aumentar as fileiras do crime. Algumas tentativas para arranjar-lhes ocupação noutras atividades fracassam diante da sua ignorância, brutalização e degradação física e espiritual (2001, p.256).

Foi também na Inglaterra, pelas contradições já expostas, que surgiram os modelos de cooperativas que passariam a orientar o cooperativismo contemporâneo – as cooperativas de consumidores de Rochdale¹⁴, fundadas a partir de 1844, e cuja intenção primordial foi a oposição à miserabilidade causada pelos baixos salários e pelas condições desumanas de trabalho. Como fato histórico, o ano de 1844 é considerado como o marco do cooperativismo, pela criação de Rochdale, próximo de Manchester, Inglaterra, a *Rochdale Society of Equitable Pionner*, uma cooperativa de consumo de operários têxteis que se expandiu rapidamente com a abertura, em 1850, de uma cooperativa de produção industrial e, em 1854, uma tecelagem e uma fiação. Numa situação de desemprego e de fome, os operários e artesãos de Rochdale, influenciados pelo momento de efervescência da luta operária em partidos, sindicatos e outras instituições anticapitalistas, fundam em 1844 uma sociedade baseada no trabalho mútuo, objetivando a melhoria de suas condições de existência, propondo:

- Produzir artigos que a Sociedade definir como conveniente para proporcionar trabalho aos membros que estiverem desocupados ou sujeitos a repetidas reduções de salário;
- A Sociedade comprará e adquirirá terras que serão cultivadas pelos sócios desocupados ou cujo trabalho for mal remunerado;
- Comprar ou construir certo número de casas, destinadas aos membros que desejam ajudar-se mutuamente para melhorar sua condição social;
- A Sociedade procederá, tão logo possível, a organização das forças de produção, distribuição, educação e do seu próprio governo; ou, em outros

¹⁴ A experiência de Rochdale (1844), citada por Singer (1998, p.14), é tomada como o marco do cooperativismo, a união de 28 tecelões na Inglaterra com a intenção de ampliar o acesso a certos bens de consumo, foi o início desse modelo de cooperativismo que até hoje aparece como formato orientador dos princípios e práticas cooperativistas, tais como: a coletivização dos meios de produção, a democratização das decisões, a filiação voluntária e a cultura solidária do envolvimento pelo trabalho comum.

termos, estabelecerá uma colônia que se bastará a si mesma e na qual os interesses estarão unidos;

- A Sociedade ajudará a outras sociedades cooperativas para estabelecer colônias similares e, a fim de propagar a sobriedade da Sociedade, tão logo se estabelecerá um salão de combate aos vícios que acometem os trabalhadores.

Assim, inaugurava-se, em 1844 a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, cujos princípios organizacionais, políticos, culturais e sociais foram descritos acima, refletindo de forma histórica a postura de resistência ao modelo capitalista e sua ambição de ampliar o modelo produtivo cooperativista sobre as formas degradantes do capital. Embora seu funcionamento inicial e suas primeiras atividades tenham sido dificultosas, a cooperativa de Rochdale progrediu no seu intento de criar condições alternativas de sobrevivência. As reuniões grupais, as discussões coletivas semanais visando a operacionalização da produção e a postura democrática humanística englobando tecelões, alfaiates, impressores e vendedores ambulantes, fez surgir os modelos de democracia na gestão da produção, um emblema clássico do cooperativismo. Em 1848, Rochdale já tinha 140 associados e, em 1849, com a falência do principal banco da região, passou a ter 390 associados enquanto o capital da cooperativa subiu de 30 libras para 1.194 libras. Em 1860, com 3.450 sócios, o capital era de 152.000 libras.

Diante de sua expansão associativa, Rochdale passou a se constituir como o referencial dos princípios organizacionais do cooperativismo, quais sejam:

1. O controle democrático das decisões por meio das assembleias gerais: a produção, distribuição e operacionalização das atividades são debatidas e deliberadas coletivamente;
2. A equidade econômica e política, ou seja, um sócio, um voto: a busca de uma condição de real igualdade política, onde a participação política não depende das vantagens materiais e econômicas dos outros indivíduos;

3. Adesão aberta e voluntária de novos membros: a valorização da livre adesão voluntária como respeito às decisões individuais e à liberdade nos vínculos produzidos pelo trabalho associado;
4. Juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito: a preservação da justiça social nas trocas econômicas, impedindo a manifestação das formas exploratórias e aviltantes do sistema capitalista;
5. Neutralidade política e religiosa: preservação das liberdades de crença religiosa sem manifestação preferencial por grupos políticos ou religiosos;
6. Integração e educação cooperativista: promover a educação cooperativista como fonte de integração de novas comunidades e ampliar a forma cooperativista dentro de uma rede internacionalista de organizações.

Desse modo, a cooperativa de Rochdale mostrou excepcional capacidade de adaptação às oportunidades e riscos da economia de mercado, tornando-se o modelo das cooperativas que foram se criando na Inglaterra e, orientando hodiernamente, o sentido e a prática cooperativista contemporânea. Em geral, a cooperativa de Rochdale é tomada como ponto de comparação entre o cooperativismo de resistência e as formas atuais do cooperativismo integrado à lógica do capital, servindo os debates atuais sobre as múltiplas manifestações e sentidos do cooperativismo na atualidade, como será concebido adiante.

1.3 O cooperativismo na literatura clássica do pensamento social

Como foi exposta anteriormente, a gênese do cooperativismo pode ser contextualizada no conjunto de transformações sociais e mudanças estruturais que constituem ações práticas e iniciativas históricas da classe trabalhadora na Inglaterra e na França da primeira metade do século XIX. Trata-se de uma série de experimentos sociais que demonstram uma crítica prática ao capitalismo, por meio de organizações associativas e cooperativas.

Diante de tal contexto, o cooperativismo representou uma das modalidades de resistência e reação aos ditames da nova ordem social imposta pela lógica produtiva do capitalismo. Para Singer (1998), ao ser atingida na sua

base existencial, a classe operária, reagiu em três níveis distintos: 1) opondo-se ao industrialismo em si, em nome dos direitos adquiridos; 2) somando-se à luta pela democracia, em grande medida impulsionada pela Revolução Francesa; e 3) desenvolvendo formas próprias, potencialmente anticapitalistas, de organização social – o sindicalismo – e de organização da produção e distribuição – o cooperativismo – ressaltando que neste período observado, as reações da classe operária são principalmente organizadas e protagonizadas pelos trabalhadores qualificados, seus ideólogos e lideranças intelectuais. Desse modo, o cooperativismo aqui será destacado das demais formas de resistência anteriormente apresentadas, por ocasião da especificidade do objeto pretendido, sem desconsiderar a importância das lutas políticas partidárias, autônomas e sindicais, na medida em que o cooperativismo manteve relações históricas de proximidade com essas formas de luta. Compreender a origem do cooperativismo é, de certo modo, estudar a origem do socialismo nas vertentes variadas de suas manifestações que moldaram a formação da classe operária como sujeito sócio-político antagônico e crítico ao capitalismo industrial.

Diante dos conflitos instituídos pelo industrialismo, uma série de pensadores socialmente engajados, no início do século XIX, demonstraram que, nos dizeres de Engels, a *“guerra social aberta”* tem sua fonte nas contradições econômicas e morais engendradas pelo capitalismo incipiente e os males sociais da vida moderna estão nas origens do regime da propriedade privada. Foram pensadores como Owen, Fourier, Proudhon e Saint-Simon os primeiros a apontar as contradições da modernidade burguesa, criticando a ilusão da brochura ideológica das revoluções burguesas: a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

A importância da contribuição dos precursores do socialismo utópico para a formação do socialismo científico foi reconhecida por Engels em seu livro *Anti-Dühring*, de 1872, destacando a importância do empreendimento intelectual crítico desses teóricos.

Apesar de formas distintas de compreensão, com maneiras diversas de resolver a “questão social”, cada um à sua maneira original, fazia uma alusão à desigualdade como consequência do industrialismo estruturado sob a prática da mercantilização de todas as esferas da vida social.

Para Engels,

Numa palavra, comparadas com as brilhantes promessas dos pensadores iluministas, as instituições sociais e políticas instauradas pelo 'triumfo da razão' redundaram em tristes e decepcionantes caricaturas. Faltavam apenas os homens que pusessem em relevo o desengano, e esses homens surgiram nos primeiros anos do século XIX. Em 1802, vieram à luz as Cartas de Genebra de Saint-Simon; em 1808, Fourier publicou a sua primeira obra, embora as bases de sua teoria datassem já de 1799; a 10 de janeiro de 1800, Robert Owen assumiu a direção da empresa de New Lanark. (2009, p.4).

Como sugere Engels, os socialistas utópicos buscavam compreender a dinâmica excludente do capitalismo como efeito distorcido da plataforma ideológica revolucionária que alçou as bases da modernidade burguesa. No entanto, naquele período, o modo capitalista de produção e o antagonismo das classes, achavam-se pouco desenvolvidos, o que suscita uma discussão sobre o alcance da crítica partilhada pelos utópicos, levando, à época, o pensamento dos utópicos à classificação intelectual de "trapeiros literários" que produziram um "acúmulo de disparates". Para compreender a elaboração crítica que Engels e Marx fizeram em relação ao utopismo dos primeiros críticos da ordem capitalista, faz-se necessária uma ligeira apresentação dos seus expoentes intelectuais.

Na ordem da exposição, o primeiro deles é Saint-Simon (1760-1825), filho direto da Revolução Francesa, qualificado como um autêntico tecnocrata. Na análise histórica desse pensador, os efeitos da Revolução Francesa criaram uma porção de "descamisados" e outra de "ociosos", isto é, o antagonismo que caracterizava o seu tempo residia na distinção social entre "trabalhadores" e "ociosos"¹⁵. Assim, a cisão social entre trabalhadores e ociosos provoca uma situação de descontrolo da harmonia social, incapacitando a governabilidade daquela forma social incipiente, demandando novas formas de

¹⁵ Por isso, na idéia de Saint-Simon, afirma Engels: "o antagonismo entre o terceiro estado e os estados privilegiados da sociedade tomou a forma de um antagonismo entre 'trabalhadores' e 'ociosos'. Os 'ociosos' eram não só os antigos privilegiados, mas todos aqueles que viviam de suas rendas, sem intervir na produção nem no comércio. No conceito de 'trabalhadores' não entravam somente os operários assalariados, mas também os fabricantes, os comerciantes e os banqueiros. Que os ociosos haviam perdido a capacidade para dirigir espiritualmente e governar politicamente era um fato indisfarçável, selado em definitivo pela Revolução" (2009, p.3, grifo do autor).

gestão social que deveriam reconstituir a ordem básica e funcional dos elementos sociais observados.

Com o objetivo de reformar a nova ordem temporal e espiritual que a Revolução Francesa impôs, Saint-Simon acreditava, sobretudo, numa sociedade regida por uma elite de técnicos e que o poder deveria ser exercido por um grupo de homens sábios, filósofos e cientistas naturais e sociais. Assim, afirma Saint-Simon que sua época estava invertida, pois não eram os homens moralmente e tecnicamente corretos que a dirigiam. Ao contrário, estes estavam dominados, como se viu historicamente, pelos homens mais corruptos e imorais, os homens menos produtivos.

Dessa forma, sua perspectiva de solução para os problemas sociais passava pela inversão hierárquica dos pólos dominantes e dominados que permitiria uma nova engenharia social, depositando nos técnicos, cientistas, filósofos e intelectuais a capacidade de reorganização da vida social, atacando certos setores da aristocracia rural e dos latifundiários, por seus estilos de vida “parasitários”.

Segundo Engels,

Em Saint-Simon, a ciência e a indústria, unidas por um novo laço religioso, um ‘novo cristianismo’, forçosamente místico e rigorosamente hierárquico, chamado a restaurar a unidade das idéias religiosas, destruída desde a Reforma. Mas a ciência eram os sábios acadêmicos; e a indústria eram, em primeiro lugar, os burgueses ativos, os fabricantes, os comerciantes, os banqueiros. E embora esses burgueses tivessem de transformar-se numa espécie de funcionários públicos, de homens da confiança de toda a sociedade, sempre conservariam frente aos operários uma posição autoritária e economicamente privilegiada. Mas Saint-Simon insiste muito especialmente neste ponto: o que o preocupa, sempre e em primeiro lugar, é a sorte da "classe mais numerosa e mais pobre (2009, p.6).

Nessa ordem de intenções programáticas para uma nova sociedade, Saint-Simon declara que a política é a ciência da produção econômica e deveria ser totalmente voltada aos ajustes da economia como tarefa de equilíbrio das distâncias sociais, submetendo o papel do Estado à figura do controle da produção. A reconstrução da ordem social passa pela reconfiguração das formas de poder entre a vida econômica e a vida política, clivada pelo interesse

necessário de salvaguardar as classes menos favorecidas que seriam assistidas pelo altruísmo das classes dominantes.

Outra contribuição intelectual essencial na constituição do socialismo utópico é a de Charles Fourier (1772-1837). Sua proposta era a construção de um “*Novo Mundo Industrial*” como resultado da evolução social típica das organizações humanas. Fourier divide toda a história humana em quatro momentos: a selvageria, a barbárie, o patriarcado e a civilização, sendo a última fase o momento coincidente com o que se denomina sociedade burguesa. Desse modo, Fourier concebe a ordem social burguesa, em construção desde o século XVI, como uma ordem civilizada complexa, ambígua, equívoca e hipócrita com todos aqueles vícios que a barbárie praticava em meio à maior simplicidade.

Assim, como modelo social, propunha a formação de pequenos núcleos de associação praticamente autônomos e auto-suficientes, os *falanstérios* – cada qual com cerca de mil e oitocentas pessoas – que organizariam a produção de modo a definir as tarefas de acordo com as necessidades e prazeres que cada tarefa comporta. Sua concepção atacava o trabalho compulsório e degradante que a ordem industrial solidificou como característica perversa de sua fórmula econômica, fazendo “a pobreza brotar da própria abundância”. Nessa sociedade, o trabalho seria atraente e haveria uma ordem harmônica instituída pela livre vontade dos produtores, sem a necessidade de órgãos repressivos e coercitivos como o Estado – daí, a identificação do seu pensamento como o germe intelectual do anarquismo e do libertarismo das massas.

Nessa perspectiva, o mundo industrial chamado de “*mundo às avessas*”, cederia lugar ao “*mundo direito*” fundado sobre o princípio da verdade e da indústria atraente. Ainda, na sua análise crítica da modernidade, Fourier é o primeiro a proclamar que o grau de emancipação da mulher numa sociedade é o medidor natural pelo qual se verifica a emancipação geral, entendendo criticamente o papel da família burguesa na reprodução das condições econômicas, sendo pioneiro na formulação de uma crítica da submissão da mulher como expressão do domínio patriarcal burguês.

De acordo Engels, numa avaliação crítica e comparativa,

O que em Saint-Simon é amplitude genial de visão, que lhe permite conter já, em germe, quase todas as idéias não estritamente econômicas dos socialistas posteriores, em Fourier é a crítica engenhosa autenticamente francesa, mas nem por isso menos profunda, das condições sociais existentes. Põe a nu, impiedosamente, a miséria material e moral do mundo burguês, e [...] desmascara as brilhantes frases dos ideólogos burgueses da época, demonstra como a essas frases grandiloqüentes corresponde, por toda parte, a mais cruel das realidades e derrama sua sátira mordaz sobre esse ruidoso fracasso da fraseologia (2009, p.7).

Ainda, no seleto grupo de pensadores e autores que questionaram a ordem industrial e os seus dilemas sociais, Robert Owen (1771-1858) é o personagem mais reconhecido entre os socialistas utópicos, primeiro a questionar, mais do que o sistema fabril e a máquina-ferramenta em si, a motivação pelo lucro como debilidade moral da organização capitalista. Owen, aos 29 anos, era um industrial reformador, vivendo diante das contradições construídas pela vida urbana e industrial na Inglaterra, notável nos amontoados humanos dos bairros operários, na ruptura dos modos de vida tradicionais por meio expulsão dos camponeses para a serventia do novo sistema fabril e no prolongamento abusivo das jornadas de trabalho com a utilização brutal da mão de obra infantil e submissão das mulheres.

O êxito na condução de uma fábrica de quinhentos trabalhadores em Manchester, no Lancashire, centro da grande revolução industrial, lhe destacou por adotar medidas humanizantes no trabalho, como redução da jornada e aumento das taxas salariais com a garantia contínua do lucro. Sua fama internacional é o resultado dos efeitos obtidos na direção de um empreendimento com cerca de 2.500 pessoas, em New Lanark, Escócia, adquirido em 1799, gerenciando pessoas heterogêneas e de costumes diferentes, Owen permitiu a liberdade de iniciativa na produção, rebaixou as jornadas de trabalho de 13/14 horas para 10 horas, criou uma espécie de colônia-modelo, com a invenção dos “jardins de infância” – na expressão de Engels – como ambientes educacionais que formariam os novos indivíduos morais, combatendo os vícios como o alcoolismo e os desvios morais como o roubo e a prostituição, por meio de um sistema de cooperação produtiva que fez

ebulir um “sentimento de perfeição” diante desses “homens de bem” – nas expressões do próprio Owen, que acreditava no *“uso das forças gigantescas da produção para lançar os alicerces de uma nova estrutura social delimitada pela propriedade coletiva e pelo bem-estar geral de todos os seus membros”*.

Revoltado com os maus tratos infligidos aos trabalhadores, Owen decidiu melhorar suas vidas e mostrar que era possível fazê-lo sem prejuízo dos lucros. Assim, elevou os salários, ofereceu melhores condições de trabalho, passou a não admitir crianças menores de 10 anos, deu aos trabalhadores moradia, alimentos e roupas decentes. Em um desses momentos, Owen disse que *“torna-se cada vez mais evidente que é muito mais fácil produzir, distribuir riquezas e bem educar e governar a população pela união dos homens, cooperando e ajudando mutuamente uns aos outros”*.

Passou assim, a atuar na elaboração de projetos de formação de aldeias comunistas com experiências na Irlanda e na América do Norte, as “aldeias cooperativas”, onde o produto do trabalho seria repartido de forma equitativa de acordo com o tempo gasto na produção, incentivando o trabalho cooperativo e fortalecendo os valores morais da produção coletiva, insuflando a educação como fundamento da cooperação e combatendo os comportamentos egoístas e viciosos que limitam a vida e o trabalho. É a partir daí, de uma nova forma experimental e pedagógica de produzir, que Owen se alinhou aos interesses da classe trabalhadora e sustentou ideologicamente grande parte das ações do movimento operário no século XIX. A contribuição de Owen extrapola o ambiente puramente fabril quando busca uma sociedade baseada na cooperação e não na competição, contemporânea do liberalismo que defendia a tese de que o interesse pessoal e os impulsos estimulavam a produção econômica e garantiam o desenvolvimento das sociedades humanas.

Segundo Thompson,

O owenismo foi a primeira das grandes doutrinas sociais a criar no imaginário popular a aceitação das máquinas da revolução industrial, pois mostrou para as massas que não era a máquina em si o motivo do lucro mas sim o controle do capital social e que a alternativa era o controle social em bases de cooperativas (1997, p.134).

Por um lado, o owenismo – como acepção das ideologias e práticas cooperativistas de Robert Owen – foi colocado na condição de patrono ideológico dos empreendimentos cooperativistas, como no caso dos Pioneiros de Rochdale, servindo de referencial prático e moral das ações cooperativistas e mutualistas que combatem o individualismo e o liberalismo econômico típicos da prática capitalista mercantilista, na intenção de sua superação, no sentido de uma ordem social superior e mais humana.

Por outro lado, mesmo que reconhecendo seus alcances, o pensamento de Owen e dos demais socialistas utópicos, foi tomado como expressão de uma crítica superficial e fenomênica sobre as contradições reais do sistema capitalista, projetando uma espécie de sociedade comum idealizada sem traçar seus núcleos históricos antagônicos, nublando as condições objetivas do conflito existente entre as classes por meio de uma concepção profética da transformação social e, por isso, sem o poder de afetar a estrutura da situação que se pretendia alterar radicalmente. A solução dos conflitos sociais, nesses pensadores, reside na tomada de uma consciência moral superior que levaria à assistência mútua e comum entre os homens, num acordo solidário de vontades, construindo uma forma social mais avançada e humana. Na perspectiva de Engels, a respeito dos primeiros socialistas,

Em todos eles, o socialismo é a expressão da verdade absoluta, da razão e da justiça, e é bastante revelá-lo para, graças à sua virtude, conquistar o mundo. E, como a verdade absoluta não está sujeita a condições de espaço e de tempo nem ao desenvolvimento histórico da humanidade, só o acaso pode decidir quando e onde essa descoberta se revelará. Acrescenta-se a isso que a verdade absoluta, a razão e a justiça variam com os fundadores de cada escola; e como o caráter específico da verdade absoluta, da razão e da justiça está condicionado, por sua vez, em cada um deles, pela Inteligência pessoal, condições de vida, estado de cultura e disciplina mental, resulta que nesse conflito de verdades absolutas a única solução é que elas vão acomodando-se umas às outras. E, assim, era inevitável que surgisse uma espécie de socialismo eclético e medíocre, como o que, com efeito, continua imperando ainda nas cabeças da maior parte dos operários socialistas da França e da Inglaterra: uma mistura extraordinariamente variegada e cheia de matizes, compostas de desabafes críticos, princípios econômicos e as

imagens sociais do futuro menos discutíveis dos diversos fundadores de seitas, mistura tanto mais fácil de compor quanto mais os ingredientes individuais iam perdendo, na torrente da discussão, os seus contornos sutis e agudos, como as pedras limadas pela corrente de um rio. Para converter o socialismo em ciência era necessário, antes de tudo, situá-lo no terreno da realidade (2009, p.11).

Como se sabe, a crítica de Marx e Engels aos socialistas utópicos indica a ausência da categoria “*totalidade*”, visível na falta de ações mais propriamente *políticas e extensivas* para ações fundadas em experiências fechadas e isoladas de autogestão, ignorando as relações de produção com o resto da sociedade. É claro que não há um tratamento mais sistemático do cooperativismo em Marx e Engels, mas há referências pontuais e articuladas sobre o assunto, permitindo observações mais gerais. Em o “*Manifesto do Partido Comunista*” (1848), esta questão já é apontada; no entanto, Marx ressalta a importância prática destes empreendimentos por liberarem certo potencial crítico e transformador.

Neste sentido, um dos pontos centrais do cooperativismo – a abolição do trabalho assalariado e gestão como mera administração da produção – foi motivo de atenção para Marx que, em seu “*Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores*”¹⁶, versaria sobre o cooperativismo:

Mas o futuro nos reserva uma vitória ainda maior da economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns ‘hands’ [operários] audazes [...] Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa com gosto, entusiasmo e alegria. Na Inglaterra, as sementes do sistema cooperativista foram

¹⁶ O trecho é datado de novembro de 1864 e foi extraído de HADDAD, Fernando. *Sindicatos, Cooperativas e Socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p. 31.

lançadas por Robert Owen; as experiências operárias levadas a cabo no continente foram, de fato, o resultado prático das teorias, não descobertas, mas proclamadas em altas vozes em 1848 (2003, p. 30).

Assim, Marx demonstra a possibilidade de produzir no cooperativismo, uma alternativa de ação política contra o capitalismo, quando ampliado para além dos pequenos empreendimentos isolados; a escala ampliada de produção e a ciência poderiam fazer o modelo cooperativista concorrer em condições de igualdade com o modo de produção propriamente capitalista. Afinal, supressão da figura do patrão, bem como a do salário (entidades indissociáveis dos modelos heterogestionados capitalistas), cede lugar à *autogestão* e ao *trabalho associado*, no qual os excedentes são democraticamente divididos – as chamadas *retiradas* ou *sobras*.

A experiência cooperativista e autogestionária demonstrariam a superfluidade da figura do patrão, que só se justifica pelo antagonismo entre o capital e o trabalho, quanto à totalidade do processo produtivo. No entanto, essa coexistência antitética não é uma decorrência imediata da natureza do processo produtivo, mas sim da oposição entre proprietários das forças de produção e proprietários da força de trabalho. Nas cooperativas, as funções de gerenciamento são vistas antes como uma necessidade organizacional decorrente da complexidade da produção e de suas funções – para as quais todos têm oportunidades de se qualificar – do que expressão da oposição entre trabalhadores e proprietários. Tanto é assim que o próprio capitalista pode se alienar de todas essas funções, comprando o trabalho de um superintendente, ao qual – ironiza Marx – “cede a honra dessa trabalhadeira”, daí a exemplificação:

Um regente não precisa absolutamente ser proprietário dos instrumentos da orquestra, nem faz parte de sua função de dirigente que ele tenha algo a ver com o ‘salário’ dos demais músicos. As fábricas cooperativas fornecem a prova de que o capitalista como funcionário da produção tornou-se tão supérfluo quanto ele mesmo, no auge de seu desenvolvimento, considera supérfluo o latifundiário. [...] Na fábrica cooperativa desaparece o caráter antitético do trabalho de superintendência, ao ser o dirigente pago pelos trabalhadores, em vez de representar o capital em face deles (2001, p. 285).

Embora se configurasse como o embrião de um novo modo de produzir, a primeira ruptura com a velha forma, o cooperativismo, por si só, não parece ser suficientemente “negativo” para superar “positivamente” a formação capitalista. Somente uma das características do modo de produção capitalista fora superada: a negação da propriedade privada individual, através da eliminação do despotismo da divisão de trabalho *interno* ao empreendimento. Mas a anarquia da divisão *social* do trabalho permanece, pois as cooperativas e empresas competem entre si *dentro* do sistema capitalista. A divisão social do trabalho, de certa forma, perpetua o espectro do patrão.

Essa idéia, embora teoricamente lógica, parecia precipitada aos olhos do próprio Marx. Pois, a anarquia a divisão social do trabalho poderia ser superada, desde que o cooperativismo, de empreendimento *econômico*, se tornasse, também, *político*. Avançando um pouco mais no texto dirigido a *Associação Internacional dos Trabalhadores*, Marx dirá:

Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. (...) Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais. (...) Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária¹⁷ (2003, p.33)

Portanto, o cooperativismo, tratado nesse momento como movimento de dimensões especialmente políticas, guarda uma projeção mais ambiciosa se comparada àquela do sindicalismo. Ali, não apenas a influência no poder legislativo, por pressão externa, torna-se necessária, mas também influência no poder executivo, no cerne do Estado; se a produção em escala e a utilização das inovações tecnológicas seriam importantes (mas não suficientes), seria também imprescindível atuar no sistema de crédito e contar com apoio de instituições, tais quais universidades, institutos de pesquisa, meios de comunicação etc. O cooperativismo necessitaria – para usar um

¹⁷ Novamente, o trecho é datado de novembro de 1864 e foi extraído de HADDAD, Fernando. *Sindicatos, Cooperativas e Socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p. 33.

termo em voga – estruturar-se em redes materiais e humanas. Se o sindicalismo constituía um *instrumento*, cuja meta seria pressionar o governo visando garantir e ampliar a qualidade de vida dos trabalhadores e salvaguardar os interesses da classe operária (enquanto não se apresentassem concretamente condições históricas para a superação do sistema), o cooperativismo seria um movimento *com pretensões de totalidade*. Ao contrário do sindicalismo, não se trata mais de fazer reivindicações junto ao Estado burguês; tampouco de colocar, simplesmente, um operário na chefia do Estado, como se pode, antecipadamente, pensar. O êxito cooperativista depende de uma mudança intrínseca de comportamento, por séculos arraigada, que predispõe o trabalhador, sempre, a servir, a isolar-se entre seus afins. O cooperativismo seria, para Marx, um empreendimento político de amplo significado prático-teórico, desde que se lançasse a uma jornada de expansão coordenada, por meio da qual seria possível eliminar a segunda condição de manutenção do modo capitalista, isto é, a anarquia da divisão social do trabalho.

Por isso, afirma Marx:

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo realizável ? (1984, p. 76)

Traduz-se, assim, que o fundamental, para Marx, seria que as cooperativas *cooperassem* entre si segundo um plano político *orquestrado* em rede e em grande escala; *transnacionalmente*, embora devesse, primeiramente, constituir-se no âmbito legal das nações. Uma ampla cooperação entre cooperativas (uma “cooperação de segundo grau”) poderia negar a anarquia da divisão social do trabalho, o que qualificaria o cooperativismo para servir de meio de superação do modo capitalista de produção. É nessa perspectiva de gestão libertadora que o cooperativismo “ressurge” nos tempos atuais, no discurso teórico de defesa do potencial revolucionário e emancipatório desse modelo, com a intenção de articular forças no nível mais amplo da produção como forma de superação da ordem do capital, como será discutido criticamente a seguir.

2 Reestruturação das forças produtivas e a (re)emergência da “economia solidária”

As crises são uma pré-condição necessária para a emergência de novas teorias e respostas. Embora os cientistas comecem a perder a

sua fé e a considerar inócua qualquer tentativa, não renunciam ao paradigma vigente e muito menos ao portão de saída (KHUN, 2007).

O debate sobre o cooperativismo como forma alternativa e crítica de produção ao capitalismo, no final do século XIX, dividia aqueles que consideravam suas possibilidades revolucionárias, mesmo que utópicas, daqueles que acreditavam em seu caráter reformista e setorial, isto é, no interior do capitalismo as cooperativas eram concebidas como formas viáveis de ruptura da ordem geral do capital ou como formas complementares da produção capitalista, no sentido de uma resistência focal e incapaz de superar o modo capitalista de produção como foi apresentado anteriormente. A partir da segunda metade do século XIX o cooperativismo separou-se do socialismo associacionista (ou utópico). Isso se deu quando os socialistas marxistas repudiaram o cooperativismo, criticando as experiências cooperativistas como insuficientes para a emancipação revolucionária da ordem capitalista e contrária ao programa comunista, pela ausência de uma postura prático-crítica diante das contradições que definem a totalidade social. Os marxistas alegavam que somente pequenos grupos de operários eram libertados do jugo do capital, transformando-se em burgueses.

No final do século XX e início do século XXI, o debate é retomado em outros termos: as experiências socialistas de modelo soviético sucumbiram, a perversidade da forma mercantil de troca persevera, o operariado não conduziu revolucionariamente o modelo capitalista ao socialismo e a crise da institucionalidade do modelo salarial fordista trouxe na torrente dos acontecimentos o enfraquecimento do poder sindical, o dismantelamento dos direitos sociais e trabalhistas e a elevação das taxas de desemprego. Nesse enquadramento histórico, o presente capítulo busca suscitar os debates a respeito do modo como o cooperativismo é concebido no conjunto de transformações processadas na ordem capitalista contemporânea, inclusive sobre uma nova série de titulações conceituais, como: “economia popular”, “economia solidária” ou “socialismo de mercado”.

2.1 A reestruturação das forças produtivas

Nos últimos anos têm tomado corpo inúmeras reflexões centradas nos impactos das transformações provocadas pelo processo acelerado de *reestruturação das forças produtivas*¹⁸, a partir das quais se desenvolveram algumas referências que convergiram para a tese da dissolução tendencial da “sociedade do trabalho” tradicionalmente fundada nos princípios do fordismo. De acordo com Antunes (2005), tal investidura teórica ocorre, sobretudo, nos trabalhos de Jurgen Habermas, André Gorz e Claus Offe.

Na década de 80, grande parte da literatura produzida nos campos da sociologia do trabalho, sociologia industrial, sociologia da empresa e demais campos que refletiam criticamente sobre o mundo do trabalho, apontava um quadro histórico de “rearticulação” das forças produtivas e espaços políticos de disputa nas sociedades contemporâneas que postulavam alterações funcionais e estruturais no modo de produção capitalista. A crise mundial iniciada nos anos 1970 e a inflexão neoliberal que se seguiu, a partir do início da década seguinte, produziram alterações profundas no mundo do trabalho, elevando as taxas elevadas de desemprego nos países centrais e periféricos, provocando

¹⁸ Em linhas gerais, o termo-conceito “reestruturação das forças produtivas” foi utilizado para compreender, a partir dos anos 70, as modificações técnico-produtivas nas economias capitalistas avançadas - com conseqüências de ordem estrutural - que buscaram reorganizar as forças produtivas diante de um contexto de alto custo social da produção capitalista. De acordo com Bühr (1998, p.11), esgota-se o regime de acumulação do capital que havia servido de base material para o compromisso fordista e quatro fatores concorrerem decisivamente: *a diminuição dos ganhos de produtividade* dos Estados Unidos até o Japão; *a elevação da composição orgânica do capital* (relação entre a massa de trabalho morto e de trabalho vivo que este mobiliza); *a saturação da norma social de consumo* (automóveis e eletrodomésticos) levando a contração das vendas e o *desenvolvimento do trabalho improdutivo* (bancos, seguros comercialização etc.) limitando a valorização de capitais. É um contexto em que se tornou imperativo ao capital proceder a uma nova reestruturação no âmbito das suas forças produtivas, o que o faz lançar mão de um conjunto de medidas que funcionam como contra-tendências ao seu antagonista, o trabalho.

*mutações no mundo trabalho*¹⁹ e nas suas formas de resistência política, por exemplo, no campo dos movimentos sociais, ocorre um refluxo dos projetos socialistas e um enfraquecimento das formas de luta partidária e sindical, como expressão da redução objetiva da classe operária tradicional, desarticulando o complexo de conquistas de direitos sociais e trabalhistas que foram acumulados historicamente no enfrentamento das lutas operárias no século XX.

Segundo Harvey,

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da 'estagflação' e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político (2002, p.140).

De modo sucinto, as análises sobre os impactos no mundo do trabalho convergem para as seguintes transformações produtivas e organizacionais provocadas pela "reestruturação produtiva":

- 1) substituição da lógica da produção massificada, altamente padronizada, pela lógica da produção variável e flexível, voltada às exigências do mercado;
- 2) tendência à focalização da produção, o que redundaria na terceirização de partes do processo produtivo e na difusão de empresas menores e "artesanais";
- 3) busca constante da melhoria do processo produtivo por meio do incentivo ao saber operário como forma de "envolvimento subjetivo" da classe trabalhadora.

¹⁹ Segundo Ricardo Antunes: "A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as transformações, que se pode afirmar mesmo que a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise deste século". (1999, p.8). Dessa forma, construídas como efeitos da reorganização produtiva, as mutações no mundo do trabalho provocaram mudanças nas formas de ser material e subjetiva da classe trabalhadora.

Embora haja uma forte controvérsia na sociologia do trabalho atual sobre as características do processo de reestruturação produtiva em curso, há certo consenso entre os estudiosos de que os princípios da organização fordista do trabalho estão sendo substituídos por novos conceitos de produção, a idéia geral é de que ocorre um momento predominante de debates a respeito do “paradigma produtivista fordista” que suspende a discussão sobre os efeitos sociais perversos desse novo modo de produzir. As discussões a esse respeito são extremamente amplas e heterogêneas, passando por afirmações teóricas distintas como, por exemplo, o “fim da sociedade do trabalho” e o advento de uma sociedade do “não-trabalho” e do reforço do “tempo livre”. Mas, na observação geral e comum das teorias que compreendem tal fenômeno, sempre está presente a realidade dos impactos sociais que afetam de modo estrutural o mundo do trabalho em algum nível de articulação do sistema capitalista, implicando mudanças técnicas, científicas, culturais, políticas e subjetivas no mundo do trabalho, alterando as bases que firmaram a história da relação capital x trabalho, no século XX e, parte do século XXI, corroborando para a constituição de um novo modo de regulação social. Nesse complexo de reordenações do mundo do trabalho nas sociedades contemporâneas, surgem novas formas de inserção da força de trabalho na lógica produtiva, reduzindo o modelo de contrato formalizado no mercado e introduzindo formas de trabalho informais e precarizadas, criando padrões sociais de insegurança e instabilidade no trabalho. Para Vasapollo,

A nova determinação da organização capitalista do trabalho se configura num processo que se caracteriza cada vez mais pela explosão, pela precariedade, pela flexibilidade, pela desregulamentação, pela superexploração, sob formas sem precedentes para os assalariados em atividade. É o mal-estar do trabalho, junto ao medo de perder o emprego, de não ter uma vida social, com a angústia ligada ao conhecimento de uma evolução tecnológica que não resolve as necessidades sociais. (2007, p.4)

Propondo-se a fazer uma crônica desse processo, o estudo de Castel (1998) enfatiza a ruptura que o fenômeno da reestruturação produtiva representou, destacando, a partir da realidade francesa

a importância destruidora da precarização do trabalho, representada pela iminente perda da hegemonia do trabalho por tempo indeterminado, tendo em vista que os fluxos das contratações indicam atualmente que por ano mais de 2/3 delas são feitas sob as formas 'atípicas' de emprego (1998, p. 514)

Na percepção de Harvey (2002), por exemplo, o mercado de trabalho, passou por uma radical transformação, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da extensa mão-de-obra excedente para impor regimes de contrato flexíveis. A transformação do mundo do trabalho trouxe novas formas de recrutamento e contratação, como as terceirizações, subcontratações e incentivos dos modelos produtivos familiares, artesanais e cooperativistas de produção, representando uma forma – as cooperativas – alternativa de realocação da força de trabalho no interior das modificações produzidas pela nova ordem produtiva. É nessa medida que a reestruturação produtiva pode ser colocada aqui, diante do cooperativismo, quando invoca novas contratualidades e novos arranjos da força de trabalho no íntimo da dinâmica social excludente da nova ordem lógico-produtiva, provocando alterações estruturais no modo de produção capitalista.

Para Antunes,

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte (2000, p. 31).

Tal panorama histórico impactou em alterações estratégicas nas formas de gestão da produção capitalista, que desencadearam mudanças na dinâmica do modo de produzir vigente, com conseqüências múltiplas para o conjunto da vida social, como o aumento das taxas de desemprego e a informalização do

trabalho. Do ponto de vista político-social, a construção do binômio taylorismo/fordismo que se organizava desde a década de 20, do século XX, a produção em larga escala, a verticalização/homogeneização do processo produtivo e a formação do operário-massa como seus elementos fundantes, permitiram, por parte do Estado, o agigantamento das formas de alocação de recursos por meio da tributação da economia fordista massificada, promovendo a extensão da poupança pública e a conseqüente formulação de políticas sociais abrangentes que assistiam às classes trabalhadoras como medidas de incentivo à produção e ao consumo, investindo nas áreas públicas - educação, saúde, transporte e lazer - como forma de amortecimento do núcleo conflitivo do sistema capitalista, isto é, a relação capital x trabalho.

No período pós-45, o modelo de acumulação fordista já demonstrava precocemente um rastro de conflitos estratégicos internos que foram agudizados no fim da década de 60, pelos seguintes indicativos:

a) a queda da taxa de lucro causada pelo aumento do custo da força de trabalho – conquistada pelos ganhos salariais no período pós-guerra – em especial na década de 60 pelas lutas em torno do controle social da produção;

b) o esgotamento do padrão acumulativo por conta da retração do consumo e a necessidade de retomar as taxas de lucro na medida em que o custo social da produção elevava-se no rol de garantias trabalhistas e sociais tecidas pelo keynesianismo²⁰.

²⁰ Keynesianismo é uma expressão de referência à teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* e que consiste numa organização político-econômica, oposta às concepções neoliberalistas, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Tais teorias tiveram uma enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado.

A teoria atribuiu ao Estado o direito e o dever de conceder benefícios sociais que garantam à população um padrão mínimo de vida como a criação do salário-mínimo, do salário-desemprego, da redução da jornada de trabalho (que então superava 12 horas diárias) e assistência médica gratuita. O Keynesianismo ficou conhecido também como "Estado de Bem-Estar Social", ou "Estado Escandinavo" tendo sido originalmente adotado pelas políticas econômicas inauguradas por Roosevelt com o New Deal, que respaldaram, no início da década de 1930, a intervenção do Estado na Economia com o objetivo de tentar reverter uma depressão e uma crise social que ficou conhecida como a crise de 1929 e, quase simultaneamente, por Hjalmar Horace Greeley

Desse modo, o Estado de bem-estar social, até meados da década de 80 nos países de capitalismo central, é sucumbido pela retomada lógica da ampliação do capital e, sua modalidade de fabricar políticas públicas e sociais abrangentes, será questionada pelas novas ações do capitalismo enxuto e flexível.

Segundo Antunes,

Pouco a pouco, foi se desenhando um modelo que alterava tanto as condições econômicas e produtivas existentes quanto a sua estrutura jurídico-institucional, de modo a compatibilizar-se com a implementação de uma nova agenda: o neoliberalismo (2000, p. 66).

O eixo central dessa nova agenda político-social contemplava, entre outros pontos: 1) a *privatização* do que havia sido mantido pelo controle estatal; 2) a redução drástica e mesmo *extinção do capital produtivo estatal*; 3) o desenvolvimento de uma *legislação fortemente desregulamentadora* das condições de trabalho e; 4) o *desmantelamento dos direitos trabalhistas e sociais* conquistados ao longo da luta operária no século XX. Diante de tal contexto, a “*flexibilização*” foi afirmada como estratégia essencial e núcleo geral das novas formas gerenciais, podendo ser caracterizada nos seus procedimentos básicos, segundo Vasapollo, como:

- Liberdade por parte da empresa para despedir uma parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem;
- Liberdade da empresa, quando a produção necessite, de reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio;
- Poder da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar quedas temporárias de negociações, seja para que ele possa participar de uma concorrência internacional;
- Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e

Schacht na Alemanha Nazista. Cerca de 3 anos mais tarde, em 1936, essas políticas econômicas foram teorizadas e racionalizadas por Keynes em sua obra clássica *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*.

as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.);

- Liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas;
- Possibilidade de arrendar os trabalhadores (trabalho temporário), de fazer contratos por tempo parcial; de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, para treinamento; de criar o trabalhador pára-subordinado e outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa (2007; p.7).

Do ponto de vista histórico, durante o século XX, o pleno emprego, que perdurou durante aproximadamente trinta anos após a Segunda Guerra Mundial, aliado às conquistas salariais e de direitos sociais que os trabalhadores obtiveram no período, fez com que o interesse pelo cooperativismo diminuísse. Mas isso não quer dizer que ele deixou de existir, bem ao contrário: consolidaram-se não só antigas cooperativas como surgiram muitas novas e em diferentes ramos, como se verá adiante. De outro lado, nos países socialistas desenvolveu-se um intenso movimento de cooperativização e coletivização, porém, na maioria das vezes ela foi conduzida de uma maneira verticalizada, onde o Estado acabava substituindo o papel do empregador.

O final do século XX, principalmente a partir dos anos setenta, é palco de uma nova retomada do movimento cooperativista. As transformações tecnológicas com a introdução de máquinas e técnicas de gestão que poupam força de trabalho, a flexibilização da produção associada ao desmonte de políticas sociais, fizeram com que as cooperativas voltassem a ser vistas como alternativa ao desemprego.

De acordo com ANTUNES (2005), hoje, segundo dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho), quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivencia as agruras do não-trabalho, do desemprego estrutural. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem da precarização do trabalho, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. Ainda, de acordo com o autor, nos países

do Norte, que um dia chamamos de Primeiro Mundo, ainda se preservam alguns resquícios da seguridade social, herança da fase (quase terminal) do Estado do bem-estar social. Nos países do Sul, que nunca conheceram o estado de bem estar social, na sua plenitude, os homens e mulheres disponíveis para o trabalho oscilam entre a busca quase inglória do emprego ou o aceite de qualquer labor.

A consequência mais negativa para o mundo do trabalho é dada pela destruição, precarização e eliminação de postos de trabalho, resultando um desemprego estrutural explosivo.

Segundo Mézáros, há, hoje,

[...] mais de 40 milhões de desempregados nos países industrialmente mais desenvolvidos. Deste número, a Europa conta com mais de 20 milhões e a Alemanha — outrora elogiada por produzir o “milagre alemão” — ultrapassou a marca dos 5 milhões. Em um país como a Índia — reverenciado pelos organismos econômicos tradicionais por suas realizações na direção do desenvolvimento — há não menos do que 336 milhões de pessoas desempregadas e outras milhões sob condições inadequadas de trabalho, cujos dados não foram registrados. Além disso, a intervenção do FMI, organização dos EUA que dita ordens, pretendendo melhorar as condições econômicas dos países “em desenvolvimento” mais afetados pela crise tem, na verdade, piorado as condições dos desempregados [...]. Ao mesmo tempo, os antigos países pós-capitalistas pertencentes ao sistema de tipo soviético, da Rússia à Hungria — que no passado não sofriam com altos índices de desemprego, embora administrassem suas economias com altos níveis de subemprego —, diante da pressão direta do FMI, vêm sofrendo com as condições desumanizadoras do desemprego maciço (2002, p.49).

A diminuição dos postos de trabalho efetivos e estáveis não só estão vinculados a um processo mais amplo de precariedade, mas também à afirmação de atividades flexibilizadas e intermitentes, em um contexto de reorganização das formas de contratação que libera o potencial do excedente da mão de obra como nova modalidade de acumulação, procurando deslocar os custos sociais da produção por meio de subcontratações ou — aqui está o interesse específico da abordagem pretendida — desviando os vínculos formais de trabalho para empresas auto-gestionárias (cooperativas) com o intuito de

baratear a produção, dando origem ao cooperativismo integrado à lógica funcional do capital. Daí, a avalanche de críticas que recaem sobre o cooperativismo como ambiente propício à supressão dos direitos trabalhistas e estrategicamente formado no âmbito dos interesses empresariais de reprodução do capital, são as *cooperfraudes* ou *cooperगतos*. Em outro nível de análise, as cooperativas são concebidas como formas autônomas e possuidoras de um potencial político-revolucionário capaz de resistir e superar as formas capitalistas de produção, como será discutido a seguir.

2.2 A reemergência da “economia solidária”

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, no final do século XX, que redundaram no conjunto de efeitos sociais perversos como o desemprego, o desmantelamento dos direitos trabalhistas, a precarização, as formas de subcontratação e o enfraquecimento político dos sindicatos, foram os referenciais para o entendimento “ressurgimento” do cooperativismo como modelo alternativo de produção. Ao mesmo tempo, o quadro histórico de fracasso dos movimentos sociais que buscavam a superação revolucionária do capitalismo, juntamente ao engodo político dos partidos e governos social-democratas no combate às mazelas sociais engendradas pela nova ordem flexível, promoveram uma situação de esvaziamento dos projetos sociais tradicionais que buscavam alternativas de dentro para fora da produção capitalista. É nesse aspecto que a “*economia solidária*” é compreendida numa dinâmica histórica do ressurgimento.

Segundo Singer,

Diante do agravamento da instabilidade do emprego e da competição entre trabalhadores dentro das empresas para evitar a demissão em massa, ocorre um movimento de valorização da economia solidária, que ressurgiu com força nos países centrais e periféricos, diferentemente do século XIX. O que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios democráticos, o

grande valor atribuído à igualdade dentro dos empreendimentos (2002, p.111).

Para Singer (SINGER; SOUZA, 2002), a economia solidária deve ser entendida como um *modo de produção* (a recorrência pela expressão “modo de produção” será discutida posteriormente) e distribuição que é reconfigurado temporalmente, a partir da necessidade de inserção dos trabalhadores na economia e na busca de postos de trabalho, em contraposição ao modo de produção capitalista. A economia solidária, de acordo com o autor, resgata a unidade do processo de produção, onde os trabalhadores seriam proprietários dos meios de produção dos quais se utilizam para a realização do trabalho e desenvolveria a socialização destes meios a partir do trabalho em associação, o que resultaria de uma síntese entre o modo de produção simples de mercadorias e o capitalismo em seu estágio atual. Na realidade, a economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante, o que indicaria seu caráter subversivo e potencialmente revolucionário.

Nestes termos, para iluminar a compreensão que está posta na atualidade sobre a economia solidária, Singer sintetiza afirmando a importância dessa proposta e sua alternativa de superação do capitalismo:

O programa político da ‘economia solidária’ se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante (...) a ‘economia solidária’ é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo* (2002, p. 114).

Na compreensão do autor, a superação do capitalismo é possível porque na economia solidária os princípios são distintos e opostos aos da economia capitalista: *posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa; repartição da receita líquida entre os cooperadores*. Por essa estrutura organizacional e ideológica, as experiências autogestionárias da economia solidária são, segundo Singer (SINGER & SOUZA, 2005; SINGER, 2002), modos concretos de organização do trabalho não capitalista, sendo herdeiras da tradição socialista, que buscam uma forma de revolução dentro da produção, por meio da organização coletiva da produção e da distribuição democraticamente sistematizada. Desse modo, os princípios ideológicos e organizacionais da economia solidária já estavam presentes nos socialistas utópicos do século XIX e foram retomados como resposta atualizada às contradições geradas pelo modelo excludente do capitalismo flexível. Se considerarmos a economia solidária como o conjunto de atividades econômicas praticadas por grupos de trabalhadores associados e auto-dirigidos, seus principais atributos são:

a) *Cooperação*: a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e das capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens); e clubes de trocas. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

b) *Autogestão*: os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

c) *Dimensão econômica*: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

d) *Solidariedade*: o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões. Insere-se na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores.

e) *Participação*: é outra base de motivação da conjugação de sujeitos para o trabalho, desenvolvendo um processo educacional de formação e organização de uma nova cultura política. Envolve um conjunto de elementos de natureza pedagógica, relacionados aos interesses e objetivos dos grupos envolvidos.

Ao lado da ampla gama de experiências ditas de economia solidária, onde os princípios supracitados estão presentes de modo mais intenso ou superficial, cotejam-se formulações conceituais em boa medida convergentes, mas não mutuamente complementares, tais como: empresas de economia popular, empresas sociais e cooperativas populares, por sua vez vinculadas a leituras interpretativas igualmente em confluência, como economia do trabalho, socialismo autogestionário, economia plural, terceiro setor, economia da dívida e outras. Nessa dimensão, a economia solidária tem polarizado os discursos em torno da real capacidade desses modelos representarem uma alternativa ao modo de produção capitalista. Nos dizeres de Sousa,

No nosso entendimento, todo o conjunto de proposições da economia solidária está encharcado de problemas centrais de natureza teórica e política. Por isso, passamos a analisar alguns pontos problemáticos dessas formulações – e, também, porque nossa concepção teórica colide com seus pressupostos (2008, p. 56).

A concepção politicamente dominante e oficiosa sobre a economia solidária, que é marcada pela produção teórica de Singer (em diversos títulos), expressa um conteúdo eclético e misto – influenciado nitidamente por idéias socialistas utópicas, socialistas marxistas, anarquistas, social-democratas e reformistas em geral – e polimorfo – a diversidade que compõe o conjunto das atividades da economia solidária é exponencialmente confusa. Mas, como tal concepção é elaborada para fundamentar supostas práticas sociais não-capitalistas, e por vezes, pretensas alternativas de luta anticapitalista, carece de uma formulação saturada de realidade social. Para Sousa (2008), nesse trato dedicado à economia solidária – centrado no trabalho e no trabalhador – está contido um modo superficial de analisar os processos históricos e contemporâneos de transformação da sociedade capitalista, em particular a reestruturação da esfera produtiva e as relações sociais de produção. São, assim, isolados determinantes históricos e políticos fundamentais, que envolvem a participação de outros sujeitos centrais na esfera de organização da sociedade: o Estado e o capital, fragmentando a realidade social, que só pode ser pretensamente conhecida na medida em que nos defrontamos com ela como uma totalidade. Isto é facilmente perceptível quando identificamos, na formulação de diversos autores, em especial Singer, a articulação da economia solidária à necessidade contemporânea de combate ao desemprego.

Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa. Esta oportunidade pode ser criada a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenham ‘um mercado protegido da competição externa’ para os seus produtos (2002, p. 112).

Nesta relação, desemprego e economia solidária, é considerada apenas a epiderme do fenômeno da reestruturação produtiva, não identificando outros fatores que estão articulados, como a contra-reforma do Estado e seu postulado neoliberal, e, sobretudo, as necessidades do capital no estágio atual de desenvolvimento capitalista. Neste sentido, podemos afirmar que o atual padrão de acumulação põe em movimento um renovado processo de organização do trabalho, cuja finalidade essencial é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, principalmente nos contextos de crise, incorporando, na parte central da produção de valor, modalidades que aparentemente seriam formas autônomas e independentes de trabalho, são estas formas, sobretudo, atividades na esfera da economia solidária.

Assim, numa afirmação mais crítica, o conteúdo efetivo das formulações da chamada economia solidária pairam apenas na aparência de fenômenos próprios da reestruturação capitalista e da dinâmica reificada da vida social. O que, por outro lado, também expressa que tais fenômenos estão se processando e têm suas bases na existência real, impondo-nos a busca por um rigor analítico, à luz da crítica radical do sistema capitalista, e não somente nas 'construções ideais' que se autonomizam frente à realidade.

Nestes termos, brevemente são apontadas algumas das debilidades da noção de 'economia solidária', segundo Sousa,

a) *Sua origem.* Apesar de temas como autogestão, auto-organização dos trabalhadores, sociedade de 'produtores livres', justiça social, entre outros, estarem vinculados historicamente às origens do socialismo moderno do século XIX, esse conceito – economia solidária – é cunhado na atualidade, nas duas últimas décadas do século XX, sob a marca da 'solidariedade indiferenciada transclassista', resultante dos processos de 'desresponsabilização do Estado' (contra-reforma do Estado no Brasil), e das transformações do capital e suas estratégias de controle sobre o trabalho.

b) *Sua composição.* A primeira pergunta seria: quais os grupos, entidades, segmentos, ou mesmo quais as práticas econômicas e sociais que compõem a economia solidária? A marca da sua origem aponta que, no Brasil, sua caracterização é a mais diversa possível: desde os moradores de uma comunidade popular que criam uma cooperativa de serviços de limpeza, até patrões e trabalhadores de uma fábrica à beira da falência, que se associam de modo autogestionário. Destacamos, assim, que, se tal proposta se vincula ao projeto emancipatório em alternativa ao capitalismo, como amparar em seu conteúdo formas de associação tão diferentes e com expressões tão díspares, pois congrega, em suposto consenso de interesses, parcelas da classe capitalista e trabalhadora. A economia solidária congrega também, no mesmo bojo, organizações formais e informais, de representação de trabalhadores ou patronal, associações de interesses sociais, econômicos e políticos, indivíduos comuns, e experiências ligadas ao poder estatal.

c) *Seu conteúdo.* O conceito de economia solidária, como vem sendo difundido e trabalhado pelos teóricos em geral, e pelos diversos segmentos da sociedade civil, obscurece, ainda mais, a contradição fundamental das relações sociais no capitalismo. As classes sociais fundamentais, a partir do referencial solidário, desreferenciam o conteúdo central da exploração, qual seja: produção coletiva e apropriação privada da riqueza. Assim, o enfoque central da economia solidária destina-se a discutir a 'gestão do trabalho', a 'regulação econômica', ignorando mediações fundamentais do 'modo de produção capitalista', e particularmente do seu estágio atual de desenvolvimento. (2008, p. 57)

Por fim, a economia solidária tem recebido um conjunto de investidas teóricas no intuito de compreender esse fenômeno como modalidade de organização produtiva diante de um sistema produtivo contrastante. É certo que, por um lado, seus alcances são notáveis no campo das políticas públicas e sociais, carreando soluções emergenciais e assistindo as mazelas sociais advindas do processo de reestruturação produtiva, por exemplo, no caso brasileiro. Por outro lado, sofre acusações de um impactante ideologismo esvaziado por conta de suas virtudes revolucionárias que não se realizam no plano da totalidade social, remetendo ao utopismo de seus pioneiros. É assim, que no Brasil, a discussão será construída a partir da realidade social aqui encontrada, como será apresentado no capítulo seguinte.

3 O cooperativismo no Brasil

As experiências e investidas do cooperativismo no Brasil, até os anos 1980, concentraram-se em grande parte no meio rural. A partir dos anos 80, no século XX, alguns processos históricos típicos da dinâmica social brasileira fizeram emergir o cooperativismo como fenômeno urbano. De um lado, a crise econômica aberta no início da década com impactos sobre as taxas de emprego, que será seguida de um processo de reestruturação produtiva e econômica, especialmente no início da década de 90, repercutindo no mercado de trabalho e evidenciando um panorama de reorganização da força de trabalho, suspendendo o cooperativismo como alternativa necessária e possível. Por outro lado, a democratização do país na década de 80, fortaleceu, no campo dos movimentos sociais e nas áreas da gestão produtiva e industrial, um conjunto de discussões balizadas pela democratização das relações de trabalho e pela participação alargada de setores sociais responsáveis pela questão social, envolvendo setores distintos da sociedade, como o “novo sindicalismo”, as universidades e os setores progressistas da Igreja.

O presente capítulo busca recuperar o itinerário do cooperativismo no Brasil, demonstrando suas relações históricas com a rearticulação das forças econômicas do capital e colocando o debate no ambiente político, ressaltando o modo como o cooperativismo passou a integrar o padrão das políticas públicas e sociais no país.

Desse modo, o cooperativismo no Brasil é portador de características peculiares que serão aqui retratadas, inclusive na sua força recente que embala os debates a respeito da “economia solidária” na ordem da modernização e reestruturação produtiva que marca as últimas décadas do século XX e início do século XXI, incorporando o ambiente político por meio de ações públicas de fomento ao cooperativismo como resposta às contradições da ordem econômica neoliberal que avançou sobre o país.

3.1 Os marcos históricos e legais do cooperativismo brasileiro

Em termos históricos, o cooperativismo surgiu na Europa como uma reação dos trabalhadores aos problemas socioeconômicos criados pelo capitalismo. No Brasil, especificamente, o cooperativismo aparece como uma promoção das elites numa economia preponderantemente dependente e agro-exportadora. Identifica-se, no Brasil, um movimento distinto da dinâmica cooperativista na Europa que fez surgir um cooperativismo de “*baixo para cima*”, enquanto no Brasil o movimento foi construído de “*cima para baixo*”, isto é, o cooperativismo não surgiu como um movimento de conquista social e resistência política por parte da classe trabalhadora, mas como imposição de um modelo econômico associado aos interesses externos, fortalecendo as concepções que versam sobre o desenvolvimento econômico dependente.

Existe outro aspecto marcante do cooperativismo no Brasil, além de suas submissões à lógica do capital externo e interno, que é sua predominância rural, contrária aos movimentos cooperativistas da Europa que foram na sua maioria urbanos, como as cooperativas de consumo na Inglaterra e de produção na França, o modelo brasileiro foi eminentemente vinculado aos interesses da modernização agrícola no país que suscitaram uma forma de associação dos trabalhadores para reordenar a força de trabalho no mundo rural, em consonância com as transformações provocadas pelo avanço da economia agrária capitalista.

As primeiras experiências do cooperativismo brasileiro, de acordo com a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), remontam ao final do século XIX, com a criação da Associação Cooperativa dos Empregados, em 1891, na cidade de Limeira-SP, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe – Estado de Pernambuco, em 1894. A partir de 1902, surgem as primeiras experiências das caixas rurais, no Rio Grande do Sul e, em 1907, são criadas as primeiras cooperativas agropecuárias no Estado de Minas Gerais (OCB, 2006). A literatura acusa um florescimento da prática cooperativa brasileira a partir de 1932, motivada por dois pontos: a) o estímulo do Poder Público ao cooperativismo identificando-o como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas; b) promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, de 1932, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação.

No Brasil, as cooperativas agrícolas, ao longo da primeira metade do século XX, não apenas se mostraram como as mais importantes em termos de volume de negócio como também foram as principais responsáveis pela difusão do ideário cooperativista no país. Ademais, a literatura indica que o referido ideário cooperativista ou conjunto teórico doutrinário do movimento foi utilizado como instrumento ideológico do Estado, a serviço de um Estado conservador e autoritário.

Em termos de referenciais jurídico-legais, nos seus princípios fundantes, o cooperativismo brasileiro foi amparado pela Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que exige como ordenação jurídica fundamental, um número mínimo de 20 sócios para a sua constituição e é representado, formal e oficialmente, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em nível nacional e da Organização Estadual de Cooperativas (OCE), em nível de cada Unidade da Federação, articulando as esferas de atuação do Estado. Do ponto de vista organizativo, a Lei n. 5.764/71 está estruturada em 117 artigos contidos nos seus dezoito capítulos, sendo que, o artigo 4, do Capítulo II da referida Lei, por definição concebe as cooperativas como “*sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados (...)*”. E o Artigo 79, do Capítulo XII, define os atos cooperativos como sendo “*os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais*”.

Tanto a lei específica sobre o cooperativismo de 1971 quanto a criação da OCB em 1969, ainda que tenham permitido uma maior definição das especificidades das cooperativas no Brasil, representaram forte ingerência do Estado no funcionamento destas organizações. Há de se salientar, nesse sentido, que o panorama político-institucional do momento era de ditadura militar. Outro aspecto jurídico-legal a ser destacado pela importância, diante da cronologia dos fatos e dados, foi a Lei n. 9.867 (que dispõe sobre a criação e o funcionamento das cooperativas sociais), de 10 de novembro de 1999, que criou e normatizou as cooperativas especiais, as quais são destinadas a auxiliar

peças em “situação de desvantagem” a se inserirem no mercado. Porém, desde a aprovação da Constituição de 1988, a prática cooperativa se desvinculou do Estado e vários projetos de lei passam a tramitar pelo Congresso Nacional com o propósito de alterar a Lei 5.764/71.

Pretende-se, com isso, ampliar as margens de ação diante de um mercado globalizado e diminuir “brechas legais”, de forma a inibir práticas fraudulentas das chamadas “cooperativas de fachada” (Pires & Cavalcanti, 2001).

Na verdade, discute-se, hoje, na literatura especializada que a legislação cooperativa vem sendo modificada no mundo inteiro como forma de atender às novas expectativas econômico-produtivas, de modo a permitir maior flexibilidade do movimento frente às novas conjunturas de mercado (Pires & Cavalcanti, 2001). No caso brasileiro, o esforço de revitalização das práticas cooperativas se inscreve dentro de um movimento mais amplo de modernização das atividades e de ampliação da democracia, e ganha ressonância com as discussões sobre economia solidária e o seu papel de reinserção dos excluídos no plano da produção e do consumo.

Esta, aliás, vêm sendo a tônica dos discursos da academia, no plano dos debates intelectuais sobre os alcances do cooperativismo e dos órgãos de representação do cooperativismo. Tal perspectiva se distancia daquela observada nos anos 80, quando a literatura denunciava o movimento cooperativista do país dentro das diretrizes de uma “modernização conservadora” em que o Estado atuava de forma autoritária e centralizada.

Esse modelo de modernização foi acusado pela literatura de favorecer médios e grandes agricultores voltados à cultura de exportação, em detrimento de uma agricultura de subsistência desenvolvida pela agricultura de base familiar (Schneider, 2006). O modelo adotado no Brasil, à semelhança de outras experiências na América Latina, utilizou o cooperativismo como instrumento de controle social e político. Como bem observa Rios (1987), diferentemente da Europa onde o cooperativismo surge como uma forma de organização proletária, no Brasil, ao contrário, representa a promoção das elites políticas e agrárias. Ainda que tenha havido, grandemente, um caráter conservador na

implementação do cooperativismo brasileiro, pode-se dizer, ainda assim que, devido à grande extensão territorial e uma política que acentuou as desigualdades regionais, não se pode falar de um único cooperativismo no país. Assim sendo, como assinala Schneider (2006), a distribuição desigual da presença e do peso econômico do cooperativismo expressa a “dinâmica do modelo de acumulação de capital vigente no país, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira” ou ainda, como exemplifica Rios,

Existe um cooperativismo de elites e um cooperativismo dos pés-no-chão; um cooperativismo legalizado, letrado e financiado e um cooperativismo ‘informal’, ‘sem lei e sem documento’, não financiado e mesmo reprimido. O cooperativismo não está, pois ‘imune’ à divisão da sociedade em classes. (1987, p. 38).

A diferença regional do cooperativismo brasileiro foi motivada, dentre outros fatores, pela forte influência prático-intelectual (saber/fazer) de imigrantes – alemães, italianos e japoneses – instalados nas regiões Sul e Sudeste, muitos dos quais já traziam algumas experiências no campo do associativismo, servindo de base para a estruturação do cooperativismo em modalidades competitivas.

Finalmente, mesmo que as práticas cooperativas brasileiras ainda expressem algumas discrepâncias – resultado de um modelo implementado de cima para baixo, desvinculado das necessidades de amplos segmentos sociais – observa-se que o cooperativismo, enquanto idéia força está ganhando amplitude através de uma perspectiva positiva – sinalizando seu caráter de inclusão social – e não mais negativa pelo seu caráter excludente (que foi a ótica do passado). Cinco fatores, sintética e especialmente – de ordem interna e externa ao país – parecem contribuir para essa mudança de enfoque:

a) a revitalização dos conceitos e da prática cooperativa a partir de um balanço em relação às práticas do passado;

- b) o crescimento do desemprego estrutural, estimulando a proliferação de organizações de economia solidária;
- c) o caráter competitivo da globalização que impõe práticas cooperativas com boa performance empresarial;
- d) a flexibilização das relações de trabalho, estimulando práticas autogeridas; e
- e) a ampliação das discussões em torno dos conceitos de desenvolvimento local/regional e a idéia de economia social como integração dos excluídos.

Assim, a literatura brasileira atual desliga-se de uma *tendência de denúncia* do insucesso de um modelo de implementação do cooperativismo e revela as preocupações em torno dos desafios impostos pela globalização, destacando a necessidade de adoção de modernização das práticas, da adoção de novos estilos de governança e de uma maior participação dos associados na dinâmica da cooperativa para permitir uma inserção mais efetiva e competitiva das cooperativas nos mercados globais.

3.2 Reestruturação produtiva no Brasil e o fenômeno do cooperativismo

Impedir que os trabalhadores precarizados fiquem à margem das formas de organização social e política de classe é desafio imperioso no mundo contemporâneo. O entendimento das complexas conexões entre classe e gênero, entre trabalhadores 'estáveis' e trabalhadores precarizados, entre trabalhadores nacionais e trabalhadores imigrantes, entre trabalhadores qualificados e sem qualificação, entre trabalhadores jovens e velhos, entre trabalhadores incluídos e outros excluídos, enfim, entre tantas fraturas que o capital impõe sobre a classe trabalhadora, torna-se fundamental para a reflexão da esquerda anticapitalista (ANTUNES, 2001).

Em termos conceituais, é preciso deixar claro que o cooperativismo não é um fenômeno recente e que seu desenvolvimento histórico concreto passou por altos e baixos em termos de adesão política e prática às suas propostas. Fato relevante será que, em meados da década de 80, ocorrerá certo “ressurgimento” da pauta da economia solidária em termos mais gerais da sociedade brasileira.

Segundo Singer,

Com a crise social das décadas perdidas de 1980 e 1990, em que o Brasil se desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, a economia solidária reviveu no país como alternativa necessária (2002, p. 122).

Se observarmos esse movimento, nas décadas citadas, a economia brasileira encaminha suas estruturas no contexto internacional da globalização, modernizando o complexo industrial por meio da revolução tecnológica e inaugurando uma vastíssima corrente de excluídos do mundo do trabalho. O fechamento de fábricas e as tentativas de recuperação – por meio da adoção do modelo cooperativista – diante da crise foram documentados por diversos autores. Holzmann (2001) retratou o caso da fábrica de fogões Wallig, no Rio Grande do Sul, em 1984, quando suspendeu suas atividades e, a partir da organização dos seus trabalhadores, constituiu duas cooperativas: uma mecânica e outra de fundição. Nesse caso, a autora buscou compreender os processos que definiram a constituição das cooperativas, como sua viabilização econômica a partir dos conflitos entre trabalhadores mais e menos qualificados. Outra situação de emergência do cooperativismo por recuperação fabril foi estudada por Nascimento (2003), sobre a Tecelagem Mandacaru, em João Pessoa, Paraíba, situando o Estado como mantenedor e articulista do modelo cooperativo, falindo em 1990, por problemas de comercialização, equipamentos obsoletos e ausência de cultura associativa e solidária entre os trabalhadores.

Nos anos 90, com a abertura das exportações e a adoção do eixo de políticas neoliberais no governo Collor, o parque industrial brasileiro sofreu profundas transformações no sentido de reorganização da produção para enfrentar a concorrência internacional. Muitas fábricas foram fechadas, setores econômicos foram desnacionalizados, empresas públicas foram privatizadas e o

desemprego avançou como efeito mais direto das transformações produtivas empreendidas pela onda neoliberal, acentuando o debate sobre a inserção e o poder de resistência do Brasil na ordem da mundialização do capital. Segundo Antunes,

O Brasil, entre tantos outros países industrializados que não estão no centro do sistema econômico mundial, ou rompem agudamente com este projeto destrutivo ou sentirão, de forma ainda mais avassaladora, os efeitos nefastos e perversos da reestruturação produtiva (2005, p.26).

Nesse momento, é iniciado o atual movimento de associativismo do trabalho e da produção que foi aclamado sob a descrição teórica da “economia solidária”, como reflexo das transformações impostas pelos novos padrões organizacionais. Foi, portanto, por conta da exigência dos seus clientes internacionais que as empresas brasileiras passaram a adotar programas de qualidade e a introduzir inovações tecnológicas e organizacionais no processo produtivo. Daí se explica porque as inovações se concentraram nas empresas exportadoras e nas plantas ou linhas dos produtos exportados nesse período.

No entanto, somente a partir do início da década de 90 as inovações tecnológicas e organizacionais passaram a difundir-se para o conjunto da economia, basicamente em razão da recessão conjugada à abertura indiscriminada das importações, ambas promovidas pelo governo Collor. As empresas, por sua vez, para reagirem à crise e à maior concorrência, fizeram uso das inovações tecnológicas de base microeletrônica com o objetivo de aumentar a produtividade, reduzirem custos de produção e melhorar a qualidade dos seus produtos. Ou seja, as exigências de qualidade e produtividade e a pressão por redução de custos se generalizaram para um universo cada vez maior de empresas, não ficando mais restritas às empresas exportadoras, mas estendendo-se também àquelas vinculadas mais diretamente ao mercado interno (alimentos, têxtil, informática, etc.). O comércio e até os serviços públicos

(hospitais, escolas, etc.) também passaram a aplicar programas de qualidade, produtividade, enxugamento, tecnificação e redução de custos produtivos.

Portanto, nos anos 90, os impactos das inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais começaram a afetar um número muito maior de trabalhadores. Em razão dessas exigências, o maior desafio para as empresas passou a ser a flexibilidade produtiva²¹. As empresas procuram organizar a produção e o trabalho de tal forma que uma planta industrial seja capaz de produzir uma gama cada vez maior de produtos numa mesma linha de produção e ter capacidade de enfrentar as oscilações do mercado. Assim, a introdução das inovações tecnológicas é acompanhada e subordinada à implementação de novas formas de organização da produção e do trabalho (células ou ilhas de produção, grupos de trabalho participativos e polivalentes, etc.) e inúmeros programas de controle e desenvolvimento da qualidade.

Na maioria dos casos de reestruturação, as empresas alteram a organização da produção e do trabalho mantendo as mesmas máquinas e equipamentos. Entre as inovações organizacionais e gerenciais mais difundidas estão a terceirização e o just-in-time. A adoção da terceirização pelas empresas consiste em concentrar esforços naquilo que é a vantagem competitiva da empresa e transferir o conjunto das atividades, seja de apoio ou mesmo de produção, para outras empresas, com o objetivo de reduzir custos e simplificar o processo produtivo. A terceirização pode manter as mesmas atividades no interior das empresas ou deslocá-las para as plantas das empresas que passam a ser responsáveis pelo fornecimento dos serviços ou produtos. Essas mudanças têm gerado alterações na natureza do trabalho e das funções e profissões. Os trabalhadores, além de responsáveis por múltiplas funções de operação, limpeza, manutenção e controle de qualidade, passam a ser submetidos a ritmos muito mais intensos de trabalho. O trabalho tende a se concentrar mais na execução de operações de sistemas, máquinas e

²¹ Segundo Antunes (1999, p.8): “Atribui-se a Sabel e Piore um pioneirismo na apresentação da tese da *‘especialização flexível’*: esta seria a expressão de um processo que, teria possibilitado o advento de uma nova forma produtiva que articula, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e ‘artesaniais’, recusando a produção em massa, típico da grande indústria fordista”.

equipamentos do que naquele associado á manipulação direta do material ou insumo em processo de fabricação. Essas mudanças no trabalho exercido no interior das empresas têm reforçado as características dos chamados operadores e eliminado diversas profissões, como por exemplo, o torneiro mecânico na indústria metalúrgica e o inspetor de qualidade, incorrendo nos altos índices de desemprego, dessa vez, intitulado pelos termos “desemprego tecnológico” ou “desemprego estrutural”.

Com relação aos impactos de tal processo na formatação do cooperativismo desse momento, nos dizeres de Lima,

No Brasil, as cooperativas de trabalho adquirem visibilidade nos anos 1980 a partir dos movimentos de recuperação de fábricas falidas em diversas regiões (...) o crescente número de fábricas em situação falimentar provocado pela abertura dos mercados, resultaram na conversão das fábricas em cooperativas (2004, p.75).

Como expressão de tais modificações, no setor industrial, um marco do cooperativismo brasileiro contemporâneo foi a falência da fábrica de calçados Makerly, em Franca, e sua transformação em empresa autogestionária, em 1992, sob os auspícios técnicos e teóricos do DIEESE e setores ligados ao sindicalismo do ABC paulista. Outros projetos de recuperação fabril por meio do cooperativismo foram implementados, como a Cobertores Parahyba, a Facit e a Hidro-Phoenix. Em 1994, foi organizado, em São Paulo, o I Encontro dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão, no qual foi criado a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) para assessorar a constituição dos ramos solidários de produção. (Singer, 2002). Desse modo, ocorre uma eclosão da modalidade cooperativa como artifício da reorganização das forças produtivas, desde que tal processo seja identificado dentro de um enquadramento histórico que se realiza, dialeticamente, excluindo certas modalidades de trabalho e incorporando novos saberes e fazeres no mundo do trabalho. Por um lado, é uma dinâmica de redução objetiva dos trabalhadores formalmente vinculados à sociedade do

salário e, por outro lado, uma rearticulação das formas de inserção no mercado de trabalho. Por isso, comenta Pochmann,

A expansão das formas de inserção da População Economicamente Ativa (PEA) referentes às ocupações com baixa produtividade e precárias condições de trabalho marca o contexto mais amplo da crise do emprego no Brasil a partir das duas últimas décadas do século XX. A maior parte das vagas abertas no mercado de trabalho não tem sido de assalariados, mas de ocupações sem remuneração, por conta própria, autônomo, trabalho independente, de cooperativa, entre outras (2006, p. 61).

Na realidade, a organização desse movimento de emergência do cooperativismo no Brasil congregou uma série de artífices heterogêneos e apoiou-se em quatro pilares importantes:

A primeira, a Cáritas Brasileira, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), possuindo desde o início dos anos de 1990 um conjunto de incubadoras de cooperativas espalhadas pelo país, embora haja uma evidente concentração das atividades da entidade no Sul, sobretudo no Rio Grande do Sul. Como segundo pilar, em 1994, o nascimento da Anteag (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), ocorre a partir da iniciativa de um determinado setor sindical, com a finalidade de apoiar experiências já existentes, especialmente em termos de assessoria técnica.

Também as Incubadoras Universitárias merecem destaque nesse quadro. A primeira Incubadora Universitária surgiu em 1998, como uma iniciativa do Centro de Pós-Graduação em Engenharia (Cope) da UFRJ. Ainda em 1998 foi fundada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) com o objetivo de difundir a experiência do Cope pelas universidades do país e de vincular as incubadoras de forma interativa e dinâmica, fomentando a transferência de tecnologias e conhecimentos. A Rede rapidamente favoreceu a expansão das Incubadoras pelas universidades públicas brasileiras, congregando, nos dias atuais, 37 incubadoras universitárias.

Por fim, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) possui três entidades que, conjuntamente, fomentam a economia solidária: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) e a Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (Ecosol).

A crise social instalada pela modernização produtiva alavancou as formas de resistência em busca de novos postos de trabalho diante da nova dinâmica excludente do mercado. Nessa medida, o Estado foi incapaz de responder às novas demandas pelo processo próprio de enxugamento que vivia, isto é, o incremento da tragédia social do desemprego tecnológico aliada ao afastamento do Estado em relação à “questão social”, criou uma espécie de “vácuo social” como ausência de forças político-sociais que pudessem mediar a problemática da crise social como expressão da crise do trabalho provocada pelas forças modernizantes da globalização e da reestruturação produtiva. De modo mais específico, pode-se afirmar que no Brasil, principalmente nos anos de 1990, com o afastamento do Estado da economia através da abertura do mercado à livre concorrência, da conseqüente falência e fechamento de unidades produtivas, do desemprego massivo, da precarização do mundo do trabalho, terceirização e subcontratação das relações de trabalho, as cooperativas multiplicaram-se sobre a possibilidade de geração de emprego e renda.

Segundo Gohn,

As alterações ocorridas no cenário econômico e da participação social nos anos 90, no Brasil, levaram à reelaboração dos olhares sobre a temática da exclusão social. Diante da crise econômica e da contenção do Estado na sua capacidade de produzir políticas de integração social, percebemos as organizações não-governamentais e as cooperativas como alternativas fabricadas pelos excluídos (2003, p. 14).

Assim, a época de maior efervescência da modalidade cooperativa de organização coincide com o contexto histórico de altas taxas de desemprego e incapacidade de resposta por parte do Estado que já entrava na era do “Estado

mínimo” e gerencialmente reestruturado. Nesse campo de alterações da sociedade brasileira, o cooperativismo passou a ocupar a pauta das discussões políticas. Em 1990²², a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) calculou a existência de 3.548 cooperativas no Brasil, atuando nos setores de consumo, eletrificação, telefonia, produção, crédito, habitação, trabalho e educação. O número de sócios variava entre 30 mil e 40 mil, gerando cerca de 130 mil empregos diretos.

Nesse ambiente histórico de expansão dos empreendimentos solidários, o cooperativismo passou a ser visto como espelho crítico das práticas neoliberais, como ocorre, em maior escala, com as organizações mundiais que articulam formas alternativas de produção, como o próprio Fórum Social Mundial. Por exemplo, no primeiro FSM (Fórum Social Mundial) realizado em 2001, o tema da Economia Solidária apareceu como eixo temático das discussões e, em 2002, foi definido como eixo dos trabalhos e elemento estruturante dos debates. Na passagem 2002-2003, a disputa eleitoral que resultou na condução de Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República, os atores sociais que estavam no movimento pró-cooperativismo que vinha desenhando suas posturas nos fóruns resolveram realizar a primeira plenária nacional para discutir os rumos do cooperativismo na agenda das políticas do governo federal. E será dessa organização que resultará a entrega, ao recém-eleito Presidente Lula, de uma carta demandando a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e do Emprego.

Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e do Emprego (MET) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), reconhecendo dessa forma que o Estado brasileiro consolidava ali, um processo de transformação das suas atividades, atuando como agência de fomento às políticas públicas de emprego como resposta à crise social que vem assolando o país desde a

²² Os dados de 1990 representam, historicamente, o momento de expansão das cooperativas no Brasil diante dos efeitos da exclusão social que tipificou a investida neoliberal no país. Na atualização dos dados, segundo o *Atlas da Economia Solidária de 2007* (como último recenseamento oficial divulgado), o país contabiliza 21.859 cooperativas (empreendimentos solidários) com 1.687.496 participantes na totalidade das regiões do país, em todos os ramos (*in: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>*).

década de 1980²³, configurando o papel de mediador mínimo do Estado diante das questões sociais que passam à condição de problemas geridos pela comunidade e não mais pela estrutura provedora da máquina pública. Assim, teremos a formulação de uma perspectiva do Estado como agente de intermédio da problemática social através do incentivo à associação sob formas de grupos auto-gestionários, desenhando uma tendência de afastamento histórico do Estado como provedor direto das questões sociais.

Mais recentemente, tal tendência se oficializou a partir do Programa de Governo (2007/2010) do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, ao apresentar suas metas políticas no subnível temático “Trabalho e Emprego”, ao propor o *“incremento do crédito e o fomento aos micro-empresendimentos cooperativistas e outras práticas de economia solidária”*.

Nestes termos, a noção teórica de economia solidária começou a aparecer no Brasil na década de 1980, mas é prioritariamente na segunda metade da década de 1990 que elas tomam impulso e se multiplicam inclusive, na constituição das agendas políticas e na promoção das políticas públicas voltadas para o setor.

Essa ‘onda solidária’ é resultado do investimento de vários movimentos sociais, organizações não governamentais, categorias e entidades sindicais que buscam novas formas de superação da crise do capital e do trabalho, do desemprego, dos altos custos de vida nas cidades e no campo, forjando estratégias de ação política e auto-organização do trabalho. Nesse panorama político, econômico e social é que o cooperativismo educacional está inserido, como será discutido no próximo capítulo.

²³ De acordo com Antunes, a respeito dos impactos sociais da reestruturação produtiva no Brasil, “foi, então, na década de 1980, que ocorreram os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva (...) significando uma mudança dos padrões organizacionais e tecnológicos, gerando novas formas de organização social do trabalho” (2005, p. 17).

4 O cooperativismo educacional no Brasil: origens, características e experiências da gestão solidária na Cooperativa Educacional de Uberlândia

O verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de 'personificações do capital' (MÉSZÁROS, 2002).

O cooperativismo educacional no Brasil representa uma das facetas do *soerguimento* do cooperativismo nacional como experiência recente na história brasileira. Em termos contextuais, sua emergência contemporânea deve ser rastreada no processo de reorganização da estrutura produtiva e suas formas de gestão como resposta à crise econômico-social que assola o modelo neoliberal imposto. O cooperativismo educacional é um ramo que demonstra como manifestação singular dessas mudanças, a reorganização do espaço produtivo da educação escolar como integrante dinâmico, partícipe da totalidade dos fenômenos histórico-sociais que circundam o momento. O crescimento do número de cooperativas desse permitiu oficialmente, em 1987, o surgimento do ramo de cooperativas educacionais dentro da OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), estruturado e baseado em duas experiências que são o formato originário dessas organizações. (OCB, 2009). Uma a partir da mobilização de pais de alunos e professores que se organizaram em cooperativa e outra a partir da associação de alunos, em geral, de escola agrícola.

Nesse capítulo, o cooperativismo educacional será observado como modelo de organização escolar diretamente vinculado aos processos históricos e sociais que balizaram as últimas décadas no país e, posteriormente, discutirá a emergência da Cooperativa Educacional de Uberlândia (CEU) como fenômeno

localizado de tais transformações, suscitando o debate sobre os avanços e dificuldades da gestão solidária no universo da escola, diante da composição heterogênea de forças sociais que compõe o cooperativismo na escola.

4.1 As origens do cooperativismo educacional

A emergência de cooperativas educacionais – escolas cooperativas – no Brasil é um fato recente na história do cooperativismo brasileiro como apreensão genérica do termo. De acordo com os dados oficiais disponíveis no Banco de Dados da OCB – OCB/DETEC (2009), a primeira cooperativa educacional surgiu na cidade de Itumbiara, no Estado de Goiás, em 1987, denominada CEI (Cooperativa de Ensino de Itumbiara), mantenedora do Colégio Cora Coralina. Contrariando a afirmação oficial da OCB, Gomes (2006) afirma que a primeira escola cooperativa surgiu no final dos anos 40, organizada por professores de antigas escolas técnicas de comércio, públicas e privadas, de Belo Horizonte, inaugurada em 1948²⁴, denominada inicialmente como Escolas Reunidas Cooperativa Limitada, passando depois a Cooperativa de Trabalho Educacional (COTEL). Sendo considerada a mais antiga do Brasil e da América Latina, a sua origem está fundamentalmente ligada à exploração do ensino e aos altos custos praticados por parte dos proprietários de escolas particulares de comércio na cidade. Em março de 1950, foi fundada a Escola Técnica de Comércio Tito Novais, posteriormente denominada Colégio Tito Novais, mantida pela COTEL, para ofertar, inicialmente, cursos de formação nas áreas técnicas, comercial e de contabilidade e, ainda, cursos de formação pedagógica para o ensino fundamental.

Ações e iniciativas semelhantes ocorreram na década de 50²⁵, no Rio de Janeiro, com pais de alunos e setores da comunidade, quando foi criada uma associação educacional nos moldes do cooperativismo. No final da década de 70, pais de alunos no interior de Goiás, com ações iguais, organizaram uma

²⁴ Segundo Gomes, não foi encontrada qualquer informação sobre experiências de cooperativismo educacional no período que antecede a data de 1948. (2006, p.15).

²⁵ Organização das Cooperativas Brasileiras. *O cooperativismo no Brasil*. OCB/MA/SDR/Denacoop. Extraído de <<http://www.ocb.org.br/coop>>. Acesso em 04/02/2010.

cooperativa educacional; no início da década de 80, no Distrito Federal, surge uma cooperativa de professores das redes pública e privada de ensino. No sentido geral da organização das cooperativas educacionais, pode-se compreender que a sua fundação ocorre num contexto de reformas econômicas e sociais, situadas no final da década de 80, que afetaram a classe média brasileira no que diz respeito à educação dos seus filhos.

Segundo Gomes,

Para segmentos da classe média da sociedade brasileira, ao organizar-se política e socialmente para enfrentar adversidades econômicas e educacionais, a escola cooperativa era tida como uma proposta alternativa capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de educação básica de seus filhos (2006, p.9).

Nessa concepção, o momento predominante de efervescência do cooperativismo educacional coincidiu com o período de reivindicações por mudanças político-sociais não apenas no campo educacional, mas no conjunto da sociedade brasileira, articulando os movimentos sociais em torno de algumas carências básicas que o Estado como provedor social deixou de amparar, tais como saúde, educação, segurança e proteção contra o desemprego²⁶. Por isso, a década de 80 foi um marco significativo e importante para a organização sócio-política da educação básica. A crise política que já vinha sendo gestada desde os anos 70 colocava na pauta dos debates a necessidade de reformas para a restauração institucional. A reforma partidária de 1979 e o retorno das eleições diretas para governador aprovados pelo Congresso em novembro de 1980 foram dois componentes significativos na restauração do quadro político-institucional.

Observa-se nesse período uma intensa reorganização no campo da educação, com importantes desdobramentos para a reflexão educacional. Por exemplo, a criação de várias entidades, tais como o Cedes (Centro de Estudos de Educação e Sociedade), a Anped (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação) e a Ande (Associação Nacional de Docentes em

²⁶ De acordo com Montaño, “no final dos anos 70, já existem indícios de esgotamento e crise desse padrão estatal de intervenção social, nos aspectos organizacional, social e sobretudo financeiro, que levaram, na década seguinte, a uma série de tentativas de reestruturação”. (2008, p.34)

Educação), alavancaram os debates e pressões sobre a reorganização da educação brasileira, impingindo um conjunto de críticas à ideológica tecnicista dos militares que associavam a educação imediatamente às suas funções gestadas pelo interesse do mercado. Ao se organizarem em escolas cooperativas, os pais, de modo geral pertencentes aos estratos médio-classistas da sociedade brasileira, inicialmente escudaram-se no discurso de defesa da melhoria da qualidade de ensino, que julgavam deficiente no âmbito da escola pública estatal, aliado ao alto custo cobrado pelas escolas particulares.

A Escola Pública na década de 80 se encontrava num estado acentuado de precarização em decorrência da política educacional praticada pelo regime militar. O regime militar, ao priorizar a expansão da oferta física de escolas, desamparar as condições que poderiam garantir a eficiência do ensino, atribuir às escolas públicas o papel de compensar a ausência de equipamentos institucionais destinados ao atendimento das necessidades básicas da população e gerenciar a escola tomando como parâmetro orientações de cunho tecnicista e pragmático, destituiu-a de seu sentido político-pedagógico crítico e reflexivo, que seria o modelo almejado pelas novas condições institucionais moldadas pela transição do autoritarismo²⁷ à democracia. A depauperação da escola pública provocou o afastamento de setores das classes médias que viam nas instituições escolares um instrumento de ascensão social por meio da formação acadêmica. Por outro lado, no que tange à organização da educação privada, durante as décadas de 70 e 80 ocorre uma expansão de escolas privadas preparatórias para o vestibular, prometendo tanto o ingresso na universidade como a conquista de um lugar no competitivo mercado de trabalho.

Porém, os custos dos serviços prestados pelas instituições privadas nem sempre condiziam com as reais possibilidades dos segmentos mais carentes das classes médias. Assim, esses segmentos sociais encontravam-se diante de

²⁷ Segundo Bobbio, “o adjetivo “autoritário” e o substantivo autoritarismo, que dele deriva, empregam-se especificamente em três contextos: a estrutura dos sistemas políticos, as disposições psicológicas a respeito do poder e as ideologias políticas. Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo pra cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas (1995, p.94)

uma situação embaraçosa: de um lado, uma Escola Pública precária e cada vez mais ocupada por uma clientela marginalizada, e de outro as dificuldades em arcar com os custos educacionais nas instituições privadas. Portanto, as cooperativas educacionais surgem com dupla finalidade: baratear os custos com educação e promover a renovação das práticas pedagógicas predominantes no sistema de ensino. Mas isso, segundo a análise de Gomes,

revela uma visão ingênua em torno da possibilidade institucional de uma escola mais barata e ao mesmo tempo renovada pedagogicamente (2006, p. 8)

O ideário do cooperativismo educacional, em muitas situações, como organização essencialmente renovada nos padrões de gestão pedagógica, acaba sendo desconstruído quando a escola cooperativa passa a adotar os mesmos procedimentos gerenciais das escolas privadas.

Em termos de organização geográfica e política, a estatística demonstra uma concentração desses empreendimentos educacionais na Região Sudeste, indicando espacialmente o “*locus*” do arranjo estratégico do capital nesse momento, especialmente, os indicadores da expansão do cooperativismo no Estado de São Paulo, com a criação de mais de 50 cooperativas nos últimos anos da década de 80 e início dos anos 90. A emergência presente da escola cooperativa está inserida, então, numa perspectiva crítica de totalidade, num contexto político-ideológico marcado por um processo de rearranjo da sociedade civil em efervescência diante dos acontecimentos que delinearão o processo de abertura política no país, insuflada pela necessidade de assegurar soluções no atendimento aos direitos sociais de certos segmentos, como a classe média, em regiões específicas do país, marcadas pela historicidade de maior politização e organização político-social, envolvidas pelo processo duplo de reorganização da sociedade civil no quadro da redemocratização recente e de enfraquecimento das políticas sociais de provimento das necessidades no âmbito educacional.

Estatisticamente, existem hoje, mais de 300 cooperativas educacionais cadastradas na OCB. Nos últimos quinze anos houve um crescimento significativo dessas instituições, cujo número em 1995 era de 106 cooperativas. É importante destacar o crescimento deste tipo de instituição na década de 90,

quando foram criadas 91 cooperativas educacionais contra apenas 11 na década de 80. O ramo de cooperativas educacionais passou a ter um crescimento maior somente a partir da metade da década de 90, haja vista que entre 1990 e 1995 o número de cooperativas permaneceu praticamente o mesmo. A partir de 1996 até 2001 houve um crescimento expressivo, tendência esta que continuou no ano de 2002. O número de cooperativas cresceu 175% entre 1990 e 2001, passando de 101 cooperativas em 1990 para 292 cooperativas em 2001. Com isto, a participação das cooperativas de educação no total de cooperativas brasileiras passou de 2,8% em 1990 para 3,9% em 2001. Alternativa para alunos e pais que buscam conjugar qualidade de ensino a preços mais baixos, as escolas cooperativistas hoje, segundo dados da OCB (2009), contabilizam 337 cooperativas educacionais no país, com 62.152 associados (cooperados) gerando 2.193 empregos. Segundo a OCB, no Brasil, as cooperativas educacionais reúnem cerca de 100 mil estudantes. No caso específico de Minas Gerais, o número é de 36 cooperativas educacionais, com 10.776 associados (cooperados) e 386 empregados (OCB, 2009). E ainda, na modalidade cooperativa de professores, outras modalidades serão demonstradas a seguir, a CEU (Cooperativa Educacional de Uberlândia) é a única organização na cidade de Uberlândia-MG, de acordo com os registros oficiais da OCEMG (Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais).

Em termos organizacionais, as cooperativas educacionais podem ser geridas de acordo com as seguintes modalidades:

a) *Cooperativas de alunos de escolas agrícolas*: funcionam junto às escolas agrícolas e são formadas pelos seus alunos que fundam a cooperativa a fim de viabilizarem algumas das atividades desenvolvidas pelo próprio estabelecimento de ensino (comercialização da produção, compra de insumos para desenvolvimento de atividades, a compra de material escolar, além do custeio de alguns itens de sua própria subsistência). No intuito de proporcionar uma experiência prática de cooperativismo para os alunos do ensino técnico agrícola, o Governo Federal estimulou a criação de cooperativas nas Escolas Agrotécnicas Federais;

b) *Cooperativa de pais de alunos*: é formada por pais de alunos que, com vistas a propiciar melhor educação para seus filhos, fundam uma cooperativa que funciona como uma escola. Desta forma os próprios pais administram o empreendimento e acompanham o processo educacional de seus filhos. Em grande parte, os pais possuem algum tipo de formação pedagógica e buscam, acima do modelo alternativo de gestão cooperativa, incrementar a formação solidária e humanizadora nos currículos e disciplinas;

c) *Cooperativas de professores*: São constituídas por profissionais da área da educação que se unem para disponibilizarem seus serviços no mercado. Sua origem está na necessidade de organização da força de trabalho dos docentes para melhor ocupação no mercado de trabalho e surgem como resposta à baixa inclusão desses profissionais nas escolas particulares e até mesmo por resistência à condição falimentar de algumas escolas privadas. (OCB, 2009).

A partir da caracterização histórica e organizacional das cooperativas educacionais no Brasil, enfatizando suas relações com fenômenos de ordem estrutural na sociedade brasileira, torna-se mais viável a exploração do objeto aqui pretendido – a CEU (Cooperativa Educacional de Uberlândia) – na medida em que a mesma é um exemplar de *cooperativa de professores*.

4.2 A origem da CEU e a experiência da gestão solidária na escola

Aos 23 dias do mês de Julho do ano 2004, às 18h, a Cooperativa Educacional de Uberlândia - CEU, com sede a Avenida Vasconcelos Costa 321, bairro Martins, CEP 38.400-448, na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais, reuniram-se com o propósito de constituírem uma sociedade cooperativa, nos termos da legislação vigente.

Comumente a escola cooperativa possui um nome de fantasia diferente da entidade mantenedora que, geralmente é denominada *cooperativa educacional*, como se identifica nos casos típicos e clássicos da Cooperativa Educacional de Araraquara (mantenedora) e o Coeducar – Instituto de Educação (escola mantida). Mais raramente, os nomes da mantenedora e da escola são o mesmo, como, por exemplo, a Cooperativa Educacional Santa Maria (Coesma), de Altos, interior do Piauí. No caso de Uberlândia-MG, a CEU (Cooperativa Educacional de Uberlândia) é a instituição mantenedora e o nome de fantasia é Sistema Ápice de Ensino.

De acordo com as tipologias de cooperativas²⁸ sistematizadas e sugeridas por LIMA (2004), o surgimento da Cooperativa Educacional de Uberlândia pode ser situado no agrupamento das cooperativas “defensivas” ou “fênix”, sendo formadas pelos trabalhadores visando manter os empregos a despeito do fechamento ou da falência de fábricas ou empresas. Geralmente, de acordo com a tipologia indicada, a formação da cooperativa é o último recurso quando outras ações de recuperação falham, resultando, assim, em cooperativas com numerosos problemas como falta de conhecimento técnico-jurídico e desconhecimento da cultura solidária de gestão da produção.

De fato, a origem da Cooperativa Educacional de Uberlândia é o resultado direto da falência e fechamento do Colégio Objetivo de Uberlândia (Sistema Kronos de Ensino), em 2004, quando totalizava 3.600 alunos na educação básica e empregava mais de 260 trabalhadores, com 26 anos de atuação na

²⁸ Segundo o autor, as cooperativas podem tipificadas em modelos como: 1) a chamada *Endowed Co-operatives* como propostas advindas dos proprietários de empresas que na ausência de sucessão hereditária desejam manter a empresa e convertem em modelos cooperativos; 2) as cooperativas “fênix” ou “defensivas” – comentadas e caracterizadas anteriormente no corpo do texto (p. 88); 3) as cooperativas alternativas nascidas no bojo dos movimentos da contracultura nos anos 1960 e 1970, na maioria das vezes são editoras, lojas de alimentação alternativa, escolas e produtos naturais e; 4) as cooperativas de geração de renda que surgem como resposta ao desemprego estrutural nos países avançados e são organizadas em torno da necessidade de enfrentar os problemas na circulação dos seus produtos (2004, p.49).

área do ensino particular. Na década de 90, o acirramento da competição entre as escolas particulares na cidade de Uberlândia-MG, ocasionou uma disputa em torno da prática das mensalidades escolares, provocando profundas transformações nas formas de gestão e investimento do capital. Na argumentação dos seus gestores, documentalmente exposta e defendida nos autos da falência, o processo falimentar deveu-se à incapacidade da instituição gerir a sua receita diante dos altos salários em setores qualificados da mão de obra: administradores, coordenadores pedagógicos e professores com contratos mais antigos e com altos custos trabalhistas acumulados. Esse quadro foi responsável pela crise e fechamento da instituição, noticiada pela imprensa escrita local, com destaque para os efeitos do fechamento da escola:

“O Colégio Objetivo de Uberlândia, em Minas Gerais, está obrigado a fornecer a todos os alunos o histórico escolar, no prazo de 50 dias, sob pena de pagamento de multa. A determinação foi da juíza Maria das Graças Nunes Vieira, titular da 2ª Vara Cível da Comarca local, nesta sexta-feira (8/10). Segundo o Ministério Público de Minas Gerais, o colégio fechou as portas prejudicando seus mais de dois mil alunos. O promotor de Justiça de Defesa do Cidadão de Uberlândia, Fernando Rodrigues Martins, do Ministério Público estadual, ajuizou uma Ação Civil Pública e apresentou Denúncia Criminal contra os sócios do Colégio Objetivo e contra a franqueadora paulista do Colégio Objetivo, todos envolvidos com a gestão do colégio.

De acordo com o MP mineiro, entre as inúmeras irregularidades verificadas no Colégio Objetivo, uma das mais graves foi o fato de a administração do colégio ter oferecido desconto para o pagamento antecipado das mensalidades e fechado as portas sem restituir os valores pagos aos alunos. No caso dos pagamentos com cheques pós-datados, estes foram trocados em empresas de factoring, que teriam passado a cobrar os valores dos emitentes dos cheques, embora o serviço escolar não tenha sido prestado.

O MP mineiro argumenta que o Colégio Objetivo, ao instalar-se na cidade de Uberlândia, criou na população uma grande expectativa, construindo sede em prédio novo e fazendo campanha publicitária, por meio de out-doors, indicando que tinha um método avançado de ensino e listando seus aprovados no vestibular.

Afirma-se que os alunos matriculados sentiram a qualidade do ensino despencar, a ausência de professores e a falta do material escolar prometido e, finalmente, viram a escola fechar as portas em pleno semestre letivo, sem que tivessem acesso sequer ao histórico escolar para viabilizar a transferência para outro estabelecimento.

O Ministério Público também pediu à justiça que determine a indisponibilidade dos bens dos responsáveis pelo Colégio; a

restituição, com juros e correção monetária, do que foi pago pelos pais de alunos que se transferiram para outro estabelecimento de ensino e, no entanto, adiantaram a prestação semestral; a devolução dos cheques emitidos pelos pais de alunos que pagaram o semestre antecipadamente.

Pelos danos morais sofridos, estimados em R\$ 500.000,00, o promotor pediu que cada pai ou aluno seja indenizado e que os acusados sejam condenados, em dinheiro, ao pagamento dos danos morais coletivos 'a fim de nunca mais voltem a repetir esse funesto episódio de desrespeito aos consumidores e jovens' em valor não inferior a um milhão de reais (R\$ 1.000.000,00)". In: Correio de Uberlândia, 28/08/2004.

No conjunto dos acontecimentos, as reações mais imediatas partiram dos pais dos alunos que se sentiram lesados pela instituição, os impactos foram de natureza econômica instantânea e fez surgir um clima de protestos e comoção pública diante do caso, envolvendo protestos por parte da comunidade escolar local, como passeatas e manifestações de repúdio ao acontecimento. Assim, o Ministério Público foi ativado por esses interesses imediatos e pontuais como é notório em alguns fragmentos nos autos selecionados da denúncia.

“O órgão do Ministério Público, abaixo assinado, nos termos art. 41 do Código de Processo Penal, e com base nas peças de informação ora em anexo, vem respeitosamente à perante esse destro juízo oferecer denúncia em face de

1 – O Ministério Público, a partir de julho do corrente ano, passou a receber reclamações de inúmeros pais de alunos do COLÉGIO OBJETIVO dando conta de que a qualidade do ensino naquele estabelecimento de ensino havia diminuído em níveis não aceitáveis, sendo que a tanto, quando ausente professores, porque demitidos, ausente o material escolar para dar continuidade à prestação de ensino particular (...) 5 – Posteriormente, conforme indica o documento de fls. 319, recebeu o Ministério Público a notícia de que no COLÉGIO OBJETIVO os dois primeiros denunciandos fizeram uma verdadeira ciranda financeira, envolvendo o repasse de cheque pós-datados emitidos por pais de alunos à factorings e à pessoas físicas que não tinham autorização do Banco Central do Brasil para a cobrança de juros capitalizados e bancários (usura pecuniária) (...) 9 – Não resta dúvida de que o COLÉGIO OBJETIVO a esse passo não restaria em plena função econômica, dando mostras que os denunciandos a esse episódio geriram fraudulentamente e temerariamente tais sociedades de economia coletiva (associações), levando-as à insolvência e, portanto, não cumprindo os contratos com os consumidores conforme celebrados. (...) 11 – Mais que isso, expuseram menores, crianças e adolescentes ao ridículo e ao vexame retirando-os de uma situação pedagógica para impingir-

lhes outra realidade, bem distante da formação de uma educação voltada aos preceitos éticos da cidadania, nos termos da Constituição Federal. (...) 12 – Por fim, mas não só, conseguiram os denunciandos modificar a vida de mais de duas mil famílias em Uberlândia com a prática réproba do lucro fácil e desmedido, causando enorme prejuízo jamais anuláveis da memória.

Assim, tendo os denunciandos incorridos nos tipos penais previstos no art. 171 (estelionato) do Código Penal Brasileiro, art. 3º, inciso IX da Lei Federal nº 1.521/51 (gerir fraudulentamente e temerariamente sociedade de economia coletiva), art. 232 da Lei Federal nº 8.069/90 (submeter criança a vexame), todos em concurso material e concurso de pessoas (art. 69 e 29, respectivamente), requer esta Promotoria de Justiça seja presente denúncia recebida e citados os denunciandos para a defesa que tiver. *Uberlândia, 07 de outubro de 2004*; Fernando Rodrigues Martins, 3º Promotor de Justiça”.

É interessante perceber, na análise dos impactos do fechamento da instituição, seja pela mídia escrita ou pelos apelos jurídicos, a completa ausência dos professores no conjunto dos acontecimentos. Internamente, o desmonte da instituição seguido do desaparecimento do proprietário criou uma sensação compartilhada de ausência de perspectiva profissional, desde as funções mais básicas (funcionários da cantina, segurança e limpeza) até a hierarquia mais qualificada, como os chefes dos setores administrativo e financeiro, diretores e coordenadores pedagógicos. Alguns professores foram rapidamente absorvidos por outras instituições que alocavam os alunos do Colégio Objetivo e necessitavam de docentes disponíveis no mercado, criando uma fragmentação entre uma massa de desempregados e outra de semi-empregados, acarretando um rebaixamento nos níveis salariais por parte daqueles que “flutuavam”²⁹ no mercado. Foram esses excluídos do processo de absorção do mercado de trabalho que projetaram e fundaram a Cooperativa Educacional de Uberlândia, iniciando com 38 cooperados, na sua maioria professores e outra parte heterogênea constituída por um advogado, um contabilista e dois

²⁹ Vale lembrar aqui, o conceito marxiano de *exército industrial de reserva*: os momentos de crise econômica o desemprego aumenta e o exército industrial de reserva se amplia. A própria busca dos trabalhadores por emprego faz com que os salários caiam, fato que decorre da competição entre os trabalhadores que estão desempregados ou mesmo subempregados. Quando o nível salarial se eleva muito, ele pode diminuir o lucro dos capitalistas. Portanto, o exército industrial de reserva é importante para o capitalismo na medida em que representa, além de uma reserva de trabalhadores, uma espécie de controlador do nível salarial. Nesse aspecto, é interessante para o grande empresário que haja desemprego em certo nível.

administradores de formação superior. De certa forma, a presença de não-professores foi essencial para as áreas mais carentes do conhecimento burocrático que envolve o complexo processo de formação contratual de uma cooperativa. Nas primeiras reuniões, por exemplo, o auxílio do Ministério Público foi fundamental, por meio de reuniões com o promotor da vara do trabalho, Marco Antônio Oliveira, que se destacava, à época, pela alcunha de “algoz do falso cooperativismo” pelo fechamento de algumas “*cooperfraudes*”, orientando os critérios legais e burocráticos de constituição de uma cooperativa. Nesses termos, a organização da Cooperativa Educacional de Uberlândia obedeceu aos princípios jurídicos básicos que definem legalmente esse modelo de gestão, seguindo o modelo oficial proposto pela legislação vigente³⁰, do ponto de vista organizacional do modelo cooperativista, assim constituído na sua ordenação:

Assembléia Geral – órgão supremo da cooperativa que, conforme o prescrito da legislação e no Estatuto Social, tomará toda e qualquer decisão de interesse da sociedade. Além da responsabilidade coletiva que se expressa pela reunião de todos, ou da maioria, nas discussões e nas deliberações. A reunião da *Assembléia Geral* dos cooperados ocorre, nas seguintes ocasiões:

- *Assembléia Geral Ordinária (AGO)* – realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos três primeiros meses, após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre prestações de contas, relatórios, planos de atividades, destinações de sobras, fixação de honorários, cédula de presença, eleição do Conselho de Administração e Fiscal, e quaisquer assuntos de interesse dos cooperados; e
- *Assembléia Geral Extraordinária (AGE)* – realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa. É de competência exclusiva da AGE a deliberação sobre reforma do estatuto, fusão, incorporação, desmembramento, mudança de objetivos e dissolução voluntária.

³⁰ De acordo com a Lei 5764/71, que define a política nacional do cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

Conselho de Administração – órgão superior da administração da cooperativa. É de sua competência a decisão sobre qualquer interesse da cooperativa e de seus cooperados nos termos da legislação, do Estatuto Social e das determinações da Assembléia Geral. O Conselho de Administração será formado por cooperado no gozo de seus direitos sociais, com mandatos de duração (no máximo 4 anos) e de renovação estabelecidos pelo Estatuto Social.

Conselho Fiscal – formado por três membros efetivos e três suplentes, eleitos para a função de fiscalização da administração, das atividades e das operações da cooperativa, examinando livros e documentos entre outras atribuições. É um órgão independente da administração. Tem por objetivo representar a Assembléia Geral no desempenho de funções durante um período de doze meses.

Comitê Educativo, Núcleo Cooperativo ou Conselhos Consultivos – temporário ou permanente, constitui-se em órgão auxiliar da administração. Pode ser criado por meio da Assembléia Geral com a finalidade de realizar estudos e apresentar soluções sobre situações específicas. Pode adotar, modificar ou fazer cumprir questões, inclusive no caso da coordenação e programas de educação cooperativista junto aos cooperados, familiares e membros da comunidade da área de ação da cooperativa.

Estatuto social – conjunto de normas que regem funções, atos e objetivos de determinada cooperativa. É elaborado com a participação dos associados para atender às necessidades da cooperativa e de seus associados. Deve obedecer a um determinado padrão. Mesmo assim não é conveniente copiar o documento de outra cooperativa já que a área de ação, objetivos e metas diferem uma da outra.

Capital social – é o valor, em moeda corrente, que cada pessoa investe ao associar-se e que serve para o desenvolvimento da cooperativa.

Demonstração de resultado do Exercício – no final de cada exercício social é apresentado, na Assembléia Geral, o Balanço Geral e a Demonstração do Resultado que devem conter:

- *Sobras* – os resultados dos ingressos menos os dispêndios. São retornadas ao associado após as deduções dos fundos, de acordo com a lei e o estatuto da cooperativa;
- *Fundo indivisível* – valor em moeda corrente que pertence aos associados e não pode ser distribuído e sim destinado ao: fundo de reserva para ser utilizado no desenvolvimento da cooperativa e cobertura de perdas futuras; Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates); e outros fundos que poderão ser criados com a Aprovação da assembléia geral. (OCB, 2009)

No início das atividades letivas, em agosto de 2004, a escola conseguiu atingir o seu público-alvo – que eram os alunos do Colégio Objetivo – nascendo com 940 alunos matriculados. Mas, uma série de dificuldades aparecia, quais sejam: a produção e o uso do material didático, a estruturação física das salas de aula nos padrões tecnológicos vigentes nas escolas particulares, a criação de um sistema avaliativo alternativo e a distribuição dos professores nas turmas e séries, questões essenciais que constituíam a transição de um modelo de gestão privada para uma gerência cooperativada do ambiente escolar. Além das dificuldades cotidianas da escola, a experiência da gestão cooperativa também foi um empecilho no que se refere aos conhecimentos específicos sobre a ordem jurídica que regula as cooperativas.

Pelo fato de ser a primeira cooperativa da cidade – no ramo das cooperativas de professores – ocorria um desconhecimento da burocracia, da legislação que rege o cooperativismo e a completa ausência da cultura autogestionária, sem experiência institucional sobre o cooperativismo, deparando-se com uma realidade radicalmente distinta de um emprego formal na instituição privada, por exemplo, na ausência de algumas garantias trabalhistas, como o décimo terceiro salário e as férias remuneradas. Foi no

âmbito econômico que as disputas foram agudizadas, principalmente na realocação dos professores que detinham altos salários na participação equânime da distribuição das “sobras”, que foi motivo de confrontos de interesses e conflitos entre os dois ambientes antagônicos da escola produzidos por essa nova dimensão da divisão do trabalho: a “*sala de aula*” (composta por professores e assessores pedagógicos) e o “*administrativo*” (composto pela Diretoria Financeira, Pedagógica e Administrativa), reproduzindo os padrões gerenciais das condições de trabalho que antecediam a cooperativa, nos moldes da gerência capitalista moderna, espelhando, inclusive, os debates sobre as formas de remuneração do professor e das demais atividades que foram definidas de acordo com “as práticas do mercado”. Daí faz-se necessário, o destaque daqueles enfoques teóricos que indicam a organização do sistema cooperativo reproduzindo as condições do assalariamento e da divisão entre o trabalho intelectual-gerencial e o trabalho manual e, dessa forma, manifestando o sentido mesmo da alienação dos processos de trabalho mesmo que diante de condições organizacionais democratizantes e multiplicadoras das formas de participação. É nessa dimensão teórico-prática de enfrentamento entre o empírico e as suas abstrações simplificadas, que as abordagens sobre o cooperativismo são muitas vezes enevoadas por traduções ideológicas³¹ da realidade, por exemplo, para Singer,

Por surpreendente que seja, a grande maioria das tentativas de transformar firmas meio ou inteiramente falidas em empresas solidárias tem tido sucesso. Isso é explicado, em primeiro lugar, pelos sacrifícios feitos pelos cooperados, que se dispõem a trabalhar durante meses por ganhos mínimos, algumas vezes apenas em troca de cestas básicas. [...] Mas também pela enorme dedicação e amor ao trabalho não mais alienado, do que resultam aumentos inesperados de produtividade e grande redução de perdas e desperdícios. E, finalmente, pelo aprendizado por parte dos novos administradores das técnicas e manhas da gestão de comprar e vender, de receber e dar crédito, de inovar produtos e processos e de tecer relações solidárias com outras autogestões (2002, p.91).

³¹ A *ideologia* é utilizada aqui na acepção crítica de Marx e Engels na obra *A ideologia alemã* (1845), quando a noção de ideologia é apresentada como forma nebulosa de compreensão do real que inverte os conteúdos da realidade numa fraseologia mística e idealizada sobre os elementos objetivos da realidade social.

Nesse caso, o modelo de cooperativismo adotado na Cooperativa Educacional de Uberlândia não alçou a capacidade de eliminar, nos dizeres de Marx, a “anarquia social da produção” e a dimensão da totalidade da ruptura produtiva e social, que colocaria fim ao processo de alienação, como pode ser observado nas abordagens³² de Tiriba (2005) e Singer (2002). É peremptória, na obra de Marx, desde os Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, a compreensão da alienação como um processo social que envolve quatro dimensões gerais: alienação do processo de trabalho (que realmente pode ser rompido tanto em empresas de massa falida quanto em empresas convencionais), alienação do produto do trabalho, de si mesmo e da civilização humana como forma universal e genérica. Contradizendo tais perspectivas, a democratização dos meios de produção e o controle do processo de trabalho por parte dos professores não logrou a efusão teórica e prática da ruptura da ordem do capital, os pagamentos – chamados de recebimento por produção – são inspirados e calculados no mercado de trabalho, as formas de gestão pedagógica são movidas pela lógica quantitativa da aprovação dos alunos em concursos públicos (vestibulares e processos seletivos alternativos) como sinônimo de eficácia e qualidade gerencial-institucional, funcionando de acordo com a lógica dos padrões de mercantilização da educação. No plano empírico, sobre a ideológica da cultura capitalista encarnada nas práticas cooperativistas, por exemplo, quando questionado sobre as vantagens funcionais e estruturais do modelo cooperativista na escola, o cooperado Professor Verlaine respondeu da seguinte maneira:

Permite uma oportunidade de trabalho com maior estabilidade, permite uma ascensão social, uma mudança de classe social, onde o proletário passa a ser burguês, mesmo que teoricamente, pois, no dia a dia deve se comportar como empregado e, concomitantemente, como empreendedor, permite que se faça, com um investimento menor, parte de um todo, cujo investimento poder atingir níveis consideráveis, inalcançáveis isoladamente. O lucro individual será pequeno,

³² Desta maneira, busca-se derrubar o argumento apontado por Singer (2002, p.91) de que o trabalho deixa de ser “alienado” em cooperativas surgidas de empresas falidas, e também o argumento de Tiriba (2005) de que os trabalhadores de empresas reabilitadas tornaram-se ‘senhores de seus produtos’ e assim extinguem automaticamente a ‘alienação’ do trabalho com a passagem da propriedade dos meios de produção de um ‘capitalista’ para os ‘trabalhadores’.

porém, será proporcional ao investimento feito, permite uma maior probabilidade de sucesso no investimento, já que os cooperados são, quase sempre, sem experiência administrativa (Sr. Verlaine, Professor de Geografia e cooperado, entrevista cedida em 11/12/2009).

Percebe-se, desse modo, que a gestão voltada para a prática do lucro não desaparece dos horizontes do trabalho, o cooperativado docente incorpora o sentido da lógica do capital numa dimensão participativa da produção do lucro, acredita-se na ascensão social dos professores, na estabilidade profissional, no sucesso e no aprendizado administrativo como manifestações do empreendedorismo, marcas ideológicas e culturais do capitalismo flexível. Em relação aos rumos do empreendimento e suas possibilidades de êxito diante das diversidades que compõe a gestão democrática da escola, continua o professor:

Haverá uma mescla de distintas experiências que, se bem articuladas, funcionarão com êxito. Um investimento individual requer, como pré-requisito para o sucesso, um histórico profissional no setor ou um raro faro comercial, portanto, a união pode levar ao sucesso, é muito satisfatório sentir-se empreendedor, especialmente quando a administração é democrática (Sr. Verlaine, Professor de Geografia e cooperado, entrevista cedida em 11/12/2009).

O caráter ideológico de tal afirmação revela-se por meio de uma perspectiva de inversão das condições de produção quando “o proletário passa a ser burguês”, na afirmação do professor. O não-reconhecimento da totalidade onde se insere o modelo cooperativista representa uma faceta do processo de alienação. Por isso, a concepção crítica de Mészáros nos é esclarecedora nesse aspecto,

A alienação, no pensamento marxista, é um fenômeno que transcende os limites da firma individual. Mesmo que uma firma passe a ser de propriedade dos trabalhadores, a alienação dos mesmos persistirá, porque o regime de propriedade privada no restante da economia continuará determinando preços e salários, através das forças impessoais de mercado. Por exemplo, nos manuscritos econômicos filosóficos, Marx reconhece que a chave de toda Alienação – religiosa, jurídica,

moral, artística, política – é o trabalho alienado, a forma alienada da atividade prática do homem. (2005, p.34).

Em outro nível de experiência, que pode justificar tais assertivas ideológicas, a escola tem praticado avanços significativos no cenário produtivo local e estadual, sendo a primeira no ranking do Estado de Minas Gerais (OCEMG, 2008) em dois momentos: o maior patrimônio líquido (R\$ 366.025,38) e ativos totais (R\$ 734.498,42) num prazo de cinco anos de existência, sendo a maior cooperativa educacional do Estado. Atualmente, a escola conta com 63 cooperados envolvidos na educação fundamental e no ensino médio, com um formato pedagógico distinto das demais escolas particulares no intuito da valorização das decisões coletivas. Nos dizeres da representante do ramo educacional junto à OCEMG,

No ramo educacional, destaco a oportunidade de trabalharmos com as crianças e adolescentes no início da formação de cada um, para driblar o que considero atualmente uma das maiores dificuldades do cooperativismo - a falta de conhecimento do que é e como funciona uma cooperativa. O cooperativismo educacional possibilita o trabalho com crianças na formação deste novo olhar, dessa possibilidade de ter negócio, em busca de uma sociedade com formato diferente, mais participativa e democrática na gestão do negócio. (Sra. Tereza Raquel Mello, Presidente da Coopen-BH e representante do ramo educacional junto à OCEMG(Organização das Cooperativas de MG); 2009, in: <http://www.ocemg.org.br/webcoop/Default.aspx?tabid=54>. Acesso feito em 14/11/2009).

Nesse enfoque produtivista e, ao mesmo tempo, democratizante, a experiência da gestão solidária, entendida aqui como organização coletiva das condições de produção, decisão coletiva por meio das assembléias, valorização do trabalho coletivo e eliminação da hierarquia ditada pelo capital, acabam emulando a escola de um senso democrático de organização por parte dos alunos, nas suas atividades curriculares e no comportamento dos mesmos. Em termos institucionais, de acordo com as diretrizes do MEC e com a Lei 5764/71, que rege o cooperativismo, as cooperativas oferecem todas as disciplinas de uma escola tradicional. A diferença é que os professores e alunos participam ativamente do processo de educação, tomando parte nas decisões como

seleção de conteúdos programáticos, métodos pedagógicos, número de alunos por classe; e decidem em assembléia a aplicação dos recursos arrecadados. Como a cooperativa é uma organização sem fins lucrativos, tudo o que se arrecada é investido na melhoria da qualidade de ensino. Assim, a gestão democrática da escola permite a extensão da participação dos sujeitos envolvidos no cotidiano da vida escolar, com autonomia para decisões e liberdade pedagógica, gerando efeitos positivos do ponto de vista das conseqüências do processo educacional. É nesse ambiente que as cooperativas adquirem destaque em termos de eficácia institucional, por exemplo, os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), divulgados pelo Ministério da Educação e Cultura em março de 2009, mostram um quadro delicado para a educação brasileira. A média geral do País piorou em relação ao exame anterior, colocando em evidência a distância entre escolas públicas e privadas. O ranking elaborado pelo MEC, entretanto, mostra que as cooperativas educacionais paulistas, vistas como modelo organizacional, tiveram um desempenho bem superior às médias nacional (42,55) e estadual (43,47), sendo inclusive as melhores escolas em alguns municípios, como acontece também no Estado de Minas Gerais, onde as cooperativas educacionais aparecem como alternativas (OCB, 2009). Para o diretor do ramo educacional da OCESP, Marcos Henrique Santos,

os resultados atestam a qualidade do cooperativismo educacional. Em diversas cidades as cooperativas tiveram um desempenho bastante acima da média, ficando nas primeiras colocações. Os indicadores comprovam uma certeza que temos: as cooperativas educacionais são ótimas alternativas de acesso ao ensino de qualidade. (OCB, Ramo Educacional, 2009; in: <http://www.portaldocooperativismo.org.br/default.php?p=&p=principal.php>. Acesso feito em 07/12/2009).

Num olhar crítico sobre as experiências da gestão solidária na escola, as cooperativas educacionais ainda representam um dilema prático e teórico. A valorização da igualdade entre os cooperados pode ser revestida de um senso de estabilidade negativa, os mecanismos institucionais devem ser regulados dentro dos sistemas de controle do processo de trabalho comuns às empresas privadas e a condição de proprietário da sua autonomia no trabalho pode exceder contrariamente aos interesses coletivos. Nesse sentido, quando

perguntada sobre as dificuldades gerenciais da escola, na CEU, a cooperada Adriana Fayad respondeu:

- A idéia de que ninguém tem que se reportar a ninguém, já que são todos "donos", a hierarquia não é muito respeitada
- A ausência da pressão de desemprego ou punição favorece atitudes desleixadas no trabalho e desrespeitosas para com o trabalho dos outros
- Professores parecem agravar a atitude hermética de não aceitar treinamento, oferecido nas reuniões pedagógicas (quando em outras escolas se sentem compelidos a comparecer). Talvez por se verem como alguém que ensina, têm dificuldade de se colocarem na posição daquele que também (ainda) pode aprender. O que, pra mim, é uma contradição, pois como pode inspirar nos alunos o desejo de aprender, se ele mesmo acha que não tem necessidade disso? (Sra. Adriana Fayad, Psicóloga, Departamento de Psico-pedagogia da CEU, entrevista cedida em 21/09/2009).

Desse modo, a Cooperativa Educacional de Uberlândia (CEU) representou um conjunto de avanços no ambiente da produção cotidiana das relações que envolvem a tarefa do ensino, com ênfase na eficácia institucional tanto econômica, quanto pedagógica. A organização da escola está direcionada para os princípios institucionais do cooperativismo. Mas, não rompeu com a cultura gerencial capitalista mercantil na sua totalidade, quando espelha e vincula suas ações internas ao mercado e nos seus procedimentos de ordem privada, convivendo, dialeticamente, pelo que se declara e pratica, formas democráticas e centralizadas de gerência.

Em outros dois depoimentos, as contradições de tal relação são expostas novamente,

em nossa escola temos dois problemas principais: o primeiro refere-se à isonomia. A maioria dos colegas considera a isonomia pura e absoluta como a maior expressão do cooperativismo. Ledo engano! Um plano de carreira bem elaborado que leve em consideração a experiência profissional, o número de títulos, a pontualidade na entrega de suas obrigações e a participação nas atividades da escola poderia criar patamares de produção (salário) que seriam metas para cada cooperado, logicamente aumentando a eficiência e a qualidade do ensino na escola. O segundo problema são as pessoas: ao invés de se preocuparem com a sua produtividade, o quanto estão sendo úteis para o coletivo, preocupam-se com a

produtividade do companheiro, considerando-se “trouxas” caso sejam mais produtivos que o colega, recebendo o mesmo valor da produção. Isto leva a um nivelamento “por baixo” dentro da cooperativa (Sr. Túlio Carísio de Paula, Professor e Diretor-Presidente da CEU, entrevista cedida em 28/10/2009).

A sonhada estabilidade somente será alcançada quando o cooperado conseguir pensar como sócio e, concomitantemente, como empregado. Ele tem que, literalmente, arregaçar as mangas e pensar em custos, investimentos, lucros, etc. Não pode mais receber o salário e ir para a casa como se fosse um empregado, acho-o o maior desafio do cooperado. É um desafio conseguir o envolvimento dos sócios nas principais decisões tomadas. A nossa cooperativa, quase sempre, toma decisões com menos de 40% dos cooperados na assembléia. Alguns por estarem ligados a outros negócios onde são melhor remunerados, outros por desilusão com a sociedade, outros por não aceitarem-se responsáveis pelo empreendimento como um todo, e sim, pela sua parte individual. A baixa remuneração desestimula muitos sócios a continuar na cooperativa, isto é, aqueles que recebem propostas mais robustas quase sempre abandonam o empreendimento. É um desafio conviver com muitos sócios opinando, portanto, algumas decisões cotidianas devem ser de responsabilidade direta da administração, objetivando agilizar a empresa, caso contrário, gera um engessamento administrativo perigoso. (Sr. Verlaine, Professor de Geografia e cooperado, entrevista cedida em 11/12/2009).

Por fim, a realidade experimentada na Cooperativa Educacional de Uberlândia (CEU) demonstra a complexidade e a instabilidade de uma vivência coletiva e, ao mesmo tempo, voltada para os interesses externos da lógica acumulativa do capital, manifestando-se como uma experiência autogestionária cercada de uma realidade social mercantil e capitalista, incapacitando a realização plena do trabalho livre e associado por interesses coletivos e emancipatórios diante lógica perversa das relações de trabalho capitalistas. A democratização das condições de trabalho não atinge as pretensões de ruptura com a lógica mercantil das imposições da gerência capitalista.

Conclusões

De modo crítico, nos embasamentos metodológicos propostos, o que define o modo de produção capitalista visto na sua concretude histórica, não é somente um *modo de produção*, mas também um modo de circulação de mercadorias, isto é, a produção de mercadorias como fundamento da troca capitalista - a mercantilização de todas as esferas da vida social - submete todas as outras formas não-capitalistas à sua lógica reprodutiva. O mesmo acontece em relação às cooperativas, ainda que seus modelos gestionários estejam fundados na horizontalidade da hierarquia, mesmo que o valor da produção seja distribuído coletivamente e mesmo que todos participem da gestão do processo produtivo, o modelo cooperativista está submetido às leis de produção e circulação de mercadorias no capitalismo. Ainda, as matérias-primas e ferramentas de produção são adquiridas no mercado capitalista, funcionando de acordo com as leis impostas pelo mercado e regulamentadas pelo Estado, como o crédito e o pagamento da força de trabalho. O fenômeno da rearticulação das forças produtivas significou - além da reordenação das formas de produção (forças produtivas e relações sociais de produção) - um rearranjo das formas de gestão, permitindo a organização autônoma parcial de certos setores estratégicos da sociedade sob formas variadas, como as ONG's, as cooperativas e o terceiro setor, em busca de soluções pulverizadas para a "questão social" que emergiu e se intensificou a partir da desresponsabilização do Estado diante das carências coletivas estruturais.

A origem da Cooperativa Educacional de Uberlândia, em 2004, representou uma manifestação local desse fenômeno mais abrangente. O processo histórico recente de rearticulação das forças produtivas, de certa forma, com caracteres históricos singulares, expressa uma faceta dentro dos processos que demarcam a totalidade social da reestruturação produtiva no tempo presente. No conjunto das práticas e debates sobre os potenciais do cooperativismo a respeito da emancipação dos trabalhadores, sua estrutura formal de coletivização dos meios e condições de produção, não logrou a superação da divisão do trabalho, os esquematismos da concorrência capitalista continuam como ditames das relações de trabalho e, muito menos, a alienação

na atividade docente foi superada, como sugerem algumas concepções apologéticas e ideologizantes sobre o cooperativismo como modelo embrionário de condução à ruptura da ordem metabólica do capital.

De acordo com Mao Tse Tung,

Quando analisamos uma coisa, devemos atender à sua essência, considerando as aparências apenas como o guia que nos leva até a porta. Uma vez transporta essa porta, há que apreender a essência da coisa e (...) para tal, todo aquele que quiser conhecer uma coisa ou fenômeno não poderá consegui-lo sem por-se em contato com essa coisa ou fenômeno, isto é, sem viver (entregar-se à prática) no seu próprio seio (1972; p. 227).

A tese aqui defendida, inspirada na crítica marxiana da totalidade dos processos sociais, é de que o cooperativismo mistifica e pormenoriza a concepção de trabalho cooperativo como trabalho livre e emancipado das condições concretas da produção capitalista. Se tomarmos o critério do desvelamento das condições objetivas da produção e, assim, do conhecimento da concretude dos fatos, o cooperativismo aparecerá como modalidade dinâmica e típica das novas formas de organização social do trabalho atrelada aos interesses reprodutivos da ordem acumulativa do capital, sorrateiramente envolvido pelos ditames da lógica geral do capitalismo e, no plano discursivo-ideológico, artífice da fruição do trabalho livre.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1999.

_____, R. **O sentido do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2000.

_____, R. **O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.

BENOIT, H. Crise: o movimento dialético do conceito de crise em *O capital* de Karl Marx. São Paulo: Týkhe, 2009.

BIHR, A. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOBBIO, N. Dicionário de Política. Brasília: UNB, 1995.v.1.

BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003 e Decreto n. 4.764, de 24 de junho de 2003, dispõe sobre a criação e instituição da SENAES. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao. Acesso em: 14/08/2009.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DOBB, M. A evolução do capitalismo. São Paulo: LTC, 1987.

ENGELS, F; MARX, K. A sagrada família. São Paulo: Boitempo, 2003.

ENGELS, F. A condição da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: www.marxists.org (acesso em 24/04/2009).

GOMES, A. J. Escola Cooperativa no Brasil: mito e realidade. In: IV Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI.: 4, 2006 Teresina A pesquisa como mediação de prática socioeducativas, Teresina. EDUFPI 2006. v. 1. p. 1-12. 2006.

KUHN, T S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2006.

HADDAD, F. Sindicatos, Cooperativas e Socialismo. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2002.

HOBBSBAWM, E. A era das revoluções 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOLZMANN, L. Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: UFSCAR, 2001.

GOHN, M. Os sem-terra, ong's e cidadania. São Paulo: Cortez, 2003.

KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LAVILLE, J L. **Ação pública e economia: um quadro de análise**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LEITE, M. P. **A economia solidária o trabalho associativo: teorias e realidades**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 24, p. 31-51, 2009.

LIMA, J. **O trabalho auto-gestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado**. RBCS, 2004, v.19, n. 56, p. 48.

_____.J. **O trabalho em cooperativas: dilemas e perspectivas**. In: DRUCK, G & FRANCO, T (orgs.), *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.v.1.

_____, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, K. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Avante, 1984.

_____, K. **Mensagem inaugural da associação internacional dos trabalhadores**. In: *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante,1983.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

NASCIMENTO, F. P. **Cooperativas de trabalho**. São Paulo: Mandamentos, 2003.

OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), **Atlas da Economia Solidária**. Brasília: 2006.

OCB (Organização das Cooperativas do Brasil). **Os ideais do cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo>>. Acesso em: 23 dez. 2009.

OCEMG (Organização das cooperativas do Estado de Minas Gerais), **Anuário do Cooperativismo Mineiro**. Belo Horizonte: 2008.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Cultura solidária em cooperativas: projetos coletivos de mudança de vida**. São Paulo: Edusp: 2006.

POCHMANN, M. **Desempregados do Brasil**. In: ANTUNES, R. (org), Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

PIRES, M. L. & **CAVALCANTI**, J. S. B. (2001). **Cooperativismo, agribusiness e desenvolvimento local: algumas discussões recentes**. Trabalho apresentado no X Congresso Brasileiro de Sociologia, Fortaleza.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, B.S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHNEIDER, J. O. . **Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação, em: Economia Solidária e Ação Cooperativa**. Economia Solidária e Ação Cooperativa - ESAC, v. 1, p. 38, 2006.

SOUSA, D. N. **Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária**. Florianópolis: Rev. Katál, v. 11, n. 1, p. 56, 2008.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Uma utopia militante**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SOUSA, D. **Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária**. Florianópolis: Rev. Katál, 2008, v.11, p. 53.

THOMPSON, E.P. **Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TIRIBA, L. **Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego**. Trabalho Necessário; Revista Eletrônica do Neddade, Niterói, v. 3, 2005.

TSE TUNG, M. **O livro vermelho**. São Paulo: Global, 1972.

VASAPOLLO, L. **A precariedade como elemento estratégico determinante do capital**. São Paulo: PESQUISA & DEBATE, vol. 16, número 2(28), pp. 368-386, 2005.